

Mulher Rural:

PROFISSÃO AGRICULTORA

PROJETO ESPECIAL DE FORMAÇÃO DE FORMADORES PARA
PARTICIPAÇÃO DAS MULHERES NO MUNDO DO TRABALHO

(Convênio MTE/SPPE/CODEFAT n.º 077/2005)



**CADERNO DE ORIENTAÇÕES METODOLÓGICAS PARA FORMADORES:
METODOLOGIA ANÁLISE-DIAGNÓSTICO DE SISTEMAS DE ATIVIDADES
SOB O ENFOQUE DE GÊNERO E GERAÇÕES
(Manual técnico)**

PROJETO ESPECIAL DE FORMAÇÃO DE FORMADORES PARA PARTICIPAÇÃO DAS MULHERES NO MUNDO DO TRABALHO

(Convênio MTE/SPPE/CODEFAT nº. 077/2005)

SUBPROJETO CAPACITAÇÃO PARA PARTICIPAÇÃO DAS MULHERES NO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DA AGRICULTURA FAMILIAR

**CADERNO DE ORIENTAÇÕES METODOLÓGICAS PARA FORMADORES:
METODOLOGIA ANÁLISE-DIAGNÓSTICO DE SISTEMAS DE
ATIVIDADES SOB O ENFOQUE DE GÊNERO E GERAÇÕES
(Manual técnico)**

SALVADOR, ABRIL DE 2007

Presidente da República
Luis Inácio Lula da Silva

Ministro do Trabalho e Emprego – MTE
Carlos Lupi

Secretário de Políticas Públicas de Emprego – SPPE
Carlos Augusto Simões Gonçalves Junior

Diretor do Departamento de Qualificação – DEQ
Antônio Almerico Bondi Lima

Coordenadora-Geral de Qualificação – CGQUA
Tatiana Scalco Silveira

Coordenador-Geral de Certificação e Orientação Profissional – CGCOP
Marcelo Álvares de Sousa

Coordenador-Geral de Empreendedorismo Juvenil – CGEJ
Misael Goyos de Oliveira

©Copyright 2005 – Ministério do Trabalho

Secretaria de Políticas Públicas de Emprego – SPPE

Departamento de Qualificação – DEQ

Esplanada dos Ministérios, Bloco F, 3º andar, Edifício Barra sede, sala 306 – CEP 70059-900 Brasília – DF

Fones: (0XX61) 3317-6239/3317-6004 – FAX: (0XX61) 3224-7593

E-mail: qualificacao@mte.org.br

Tiragem: 900 exemplares

Elaboração, Edição e Distribuição:

Rede Feminista Norte e Nordeste de Estudos e Pesquisas sobre a Mulher e Relações de Gênero – REDOR/Bahia

Site: www.redor.org.br

E-mail: redor@ufba.br

Entidade Conveniada:

Rede Feminista Norte e Nordeste de Estudos e Pesquisas sobre a Mulher e Relações de Gênero – REDOR/Bahia Estrada de São Lázaro, 197 – Federação – Salvador/Bahia – CEP 40210-730

J82c Scheffler, Maria de Lourdes Novaes
Caderno de orientações metodológicas para Formadores: metodologia análise-
diagnóstico de sistemas de atividades, sob o enfoque de gênero e gerações –
manual técnico/Maria de Lourdes Novaes Scheffler, Gustavo Bittencourt
Machado, Eliete Mortimer Jordão. Salvador: REDOR, 2007.
90 p.

I. Agricultura familiar. – Gênero e Gerações. I. Machado, Gustavo Bittencourt
II. Jordão, Eliete Mortimer. III. Título

CDD. 630.715

UFBA - FFCH

Observação: O texto não reflete necessariamente a posição do Ministério do Trabalho e Emprego

AGRADECIMENTOS

Este Manual técnico é o resultado do saber e do fazer de muitos, aqui sistematizados, para que possa ser conhecido por muitos outros mais. Contém o interesse e o idealismo que estiveram presentes em noventa horas de intenso trabalho, distribuídas em três turnos de muito esforço e dedicação de agricultoras e agricultores assentados de Bela Vista e Nova Suíça, no Município de Santo Amaro da Purificação, estado da Bahia, do assentamento José Ribamar, no município de Nossa senhora da Glória, estado de Sergipe e do assentamento Eldorado dos Carajás, no município de Branquinha, estado de Alagoas. Nossos agradecimentos a esses agricultores e agricultoras, bem como aos técnicos, lideranças e dirigentes das instituições, entidades e organizações sociais desses Estados que participaram do processo de validação dessa metodologia. Esses resultados são dedicados a todas as mulheres rurais que lutam pelo reconhecimento e afirmação da sua posição social como mulheres e agricultoras em nossa sociedade.

SUMÁRIO

LISTA DE FIGURAS, GRÁFICOS, QUADROS E TABELAS	5
APRESENTAÇÃO.....	9
OBJETIVO DO MANUAL TÉCNICO	11
1. INTRODUÇÃO	11
2. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	23
2.1 DISCUSSÃO DE CONCEITOS.....	23
2.2 ANÁLISE GLOBAL DA REGIÃO	23
2.3 LEITURA E ANÁLISE DE PAISAGEM.....	24
2.4 ENTREVISTAS HISTÓRICAS	28
2.5 CONCEITOS NORTEADORES DA METODOLOGIA: SISTEMA AGRÁRIO, SISTEMA DE ATIVIDADES, GÊNERO E GERAÇÕES.....	32
2.6 ELABORAÇÃO DA TIPOLOGIA	33
2.6.1 Elaboração da pré-tipologia (primeiras hipóteses)	33
2.6.2 Apresentação do conceito de subsistema de atividades: subsistema a de cultivo, criação, beneficiamento (transfor- mação), extrativismo, quintal, atividades não-agrícolas, tra- balho doméstico	34
2.6.3 Apresentação do conceito de Unidade de Trabalho ... Familiar – UTF e suas especificidades: masculina, feminina, infantil, adulta, idosa	37
2.6.4 Definição da tipologia de categorias sociais de famílias e sistemas de atividades	41
2.7 ANÁLISE AGRONÔMICA E MICROECONÔMICA DOS SISTEMAS DE ATIVIDADES	46
2.7.1 Integração dos subsistemas de atividades: a reprodução da fertilidade e os fluxos de produtos e ... subprodutos	46

2.7.2 O itinerário técnico	49
2.7.3 Avaliação econômica dos sistemas de atividades	52
2.7.3.1 O rendimento agrícola	52
2.7.3.2 O rendimento não-agrícola	56
2.7.3.3 O trabalho doméstico e o rendimento oculto	57
2.7.3.4 A equação final do rendimento familiar	58
2.7.4 O gráfico do sistema de atividades	62
2.7.5 O gráfico do sistema de atividades com as curvas de produção das Unidades de Trabalho Familiar	66
2.7.6 Comparação algébrica e gráfica dos sistemas de atividades	71
2.7.7 Patamar de reprodução e custo de oportunidade da força de trabalho	73
2.7.8 Modelização dos sistemas de atividades	74

3. DIRETRIZES PARA O PLANEJAMENTO SEGUNDO OS SISTEMAS DE ATIVIDADES, GÊNERO E GERAÇÕES: COMUNIDADE/ ASSENTAMENTO E/OU REGIÃO/TERRITÓRIO	75
3.1 IDENTIFICAÇÃO DE PROBLEMAS E POTENCIALIDADES	75
3.2 PRIORIZAÇÃO DE PROBLEMAS E DEFINIÇÃO DE OBJETIVOS	75
3.3 ELABORAÇÃO DE PROJETOS CONCEITUAIS INDICATIVOS: LOCAL E TERRITORIAL	78
3.4 EXEMPLOS DE PROJETOS CONCEITUAIS INDICATIVOS LOCAIS E TERRITORIAIS	79
4. DEVOLUÇÃO DOS RESULTADOS ÀS FAMÍLIAS	87
REFERÊNCIAS	88

LISTA DE FIGURAS, GRÁFICOS, QUADROS E TABELAS

FIGURAS

Figura 1: Cartograma do estado de Sergipe, 2006

Figura 2: Croqui do Assentamento José Ribamar, Município Nossa Senhora da Glória, estado de Sergipe, 2006

Figura 3: Vista parcial do Assentamento José Ribamar, Município de Nossa Senhora da Glória, estado de Sergipe, 2006.

Figura 4: Carro de boi como meio de produção no Assentamento José Ribamar, Município de Nossa Senhora da Glória, estado de Sergipe, 2006

Figura 5: Integração dos subsistemas de um sistema de atividades de uma Família pluriativa com comércio e diarista no Assentamento José Ribamar, município de Nossa Senhora da Glória, estado de Sergipe, em 2006

Figura 6: Levantamento/ Sistematização/ Priorização

Figura 7: Árvore de problema

Figura 8: Árvore de objetivos

GRÁFICOS

Gráfico 1: Sistema de atividades do Tipo Família pluriativa com comércio, no Assentamento José Ribamar, município de Nossa Senhora da Glória, estado de Sergipe, em 2006

Gráfico 2: Curvas de produção de cada Unidade de Trabalho Familiar (UTF) no sistema de atividades do Tipo Família agrícola com comércio e diarista, no Assentamento José Ribamar, município de Nossa Senhora de Lourdes, estado de Sergipe, em 2006

Gráfico 3: Curvas de produção de cada Unidade de Trabalho Familiar (UTF) no sistema de atividades do Tipo Família agrícola com aposentadoria, no Assentamento Bela Vista, município de Santo Amaro da Purificação, estado da Bahia, em 2006.

Gráfico 4: Comparação dos tipos de sistemas de atividades (somente renda agrícola), no Assentamento José Ribamar, município de Nossa Senhora da Glória, estado de Sergipe, em 2006

Gráfico 5: Comparação dos tipos de sistemas de atividades (com a renda total), no Assentamento José Ribamar, município de Nossa Senhora da Glória, estado de Sergipe, em 2006

Gráfico 6: Comparação dos rendimentos dos sistemas de atividades (com RA e com RT sem RO), com a cesta básica regional e o custo de oportunidade da força de trabalho, no Assentamento José Ribamar, município de Nossa Senhora da Glória estado de Sergipe, em 2006

Gráfico 7: Modelização do sistema de atividades do tipo Família pluriativa c/ comércio e diarista, no Assentamento José Ribamar, município de N. Sra da Glória, estado de Sergipe, em 2006

QUADROS

Quadro 1: Nível de análise e objeto de síntese do método Análise-diagnóstico de Sistemas de Atividades sob o enfoque de Gênero e Gerações

Quadro 2: Fatos ecológicos, Fatos técnicos, Fatos socioeconômicos da região do Alto Sertão Sergipano, Município de N. Senhora da Glória, Assentamento José Ribamar, estado de Sergipe, em 2006.

Quadro 3: Exemplo de combinações de famílias, segundo gênero e idade/geração, na organização do trabalho no sistema de atividades

Quadro 4: Tipos de sistemas de atividades, categorias sociais de famílias produtoras e composição do trabalho familiar, segundo gênero e geração, no Assentamento José Ribamar, Município Nossa Senhora da Glória, estado de Sergipe, em 2006.

Quadro 5: Itinerário técnico de uma Família pluriativa com comércio e diarista, no Assentamento José Ribamar, município de Nossa Senhora da Glória, estado de Sergipe, em 2006.

Quadro 6: Cálculo do rendimento dos subsistemas do Sistema de Atividades. Tipo: Família pluriativa com comércio e diarista, Assentamento José Ribamar, município Nossa Senhora da Glória, estado de Sergipe, em 2006

Quadro 7: Cálculo do rendimento do Sistema de Atividades. Tipo Família pluriativa com comércio, Assentamento José Ribamar, município Nossa Senhora da Glória, estado de Sergipe, 2006

TABELAS

Tabela 1: Levantamento de Unidade de Trabalho Familiar (UTF) por subsistema do sistema de atividades Tipo Família pluriativa (comércio e diarista). Assentamento José Ribamar, Município de Nossa Senhora da Glória, estado de Sergipe, em 2006.

Tabela 2: Tempo de Trabalho (%) da UTFs parciais na UTF total por subsistema Tipo Família pluriativa com comércio e diarista, Assentamento José Ribamar, município Nossa Senhora da Glória, estado de Sergipe

Tabela 3: Participação da renda dos membros da família por subsistema de atividade e na renda total com e sem o trabalho doméstico. Tipo Família pluriativa com comércio e diarista, Assentamento José Ribamar, município Nossa Senhora da Glória, estado de Sergipe, em 2006

Tabela 4: Participação da R/UTF (renda por unidade de trabalho familiar) dos membros da família por subsistema de atividade. Tipo Família pluriativa com comércio e diarista, Assentamento José Ribamar, município Nossa Senhora da Glória, estado de Sergipe, em 2006

Tabela 5: Participação da SA/UTF (área por unidade de trabalho familiar) dos membros da família por subsistema de atividade. Tipo Família pluriativa com comércio, Assentamento José Ribamar, município Nossa Senhora da Glória, estado de Sergipe, em 2006

Tabela 6: Participação (%) do rendimento agrícola (RA) e rendimento não-agrícola (RNA) no rendimento total (RT) das categorias sociais de famílias, no Assentamento José Ribamar, município de Nossa Senhora da Glória, estado de Sergipe, em 2006.

APRESENTAÇÃO

Este Caderno de Orientações Metodológicas é resultado de três oficinas de pesquisa-ação-capacitação, realizadas em assentamentos de reforma agrária nos estados de Alagoas, Bahia e Sergipe, no âmbito do Subprojeto Capacitação para Participação das Mulheres no Desenvolvimento Sustentável da Agricultura Familiar, o qual se integra ao Projeto Especial de Qualificação: Formação de Formadores para Participação das Mulheres no Mundo do Trabalho, mediante contrato firmado entre a Rede Feminista Norte e Nordeste de Estudos sobre Mulher e Relações de Gênero (REDOR) e o Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), através do Departamento de Qualificação (DEQ) da Secretaria de Políticas Públicas e Emprego (SPPE). Dentre os núcleos filiados à REDOR, coube ao Núcleo de Estudos Interdisciplinares sobre a Mulher (NEIM), órgão suplementar da Universidade Federal da Bahia (UFBA), em conjunto com essa rede, coordenar e executar esse Projeto.

O subprojeto tem como objetivo a qualificação social e profissional das agricultoras familiares, através da criação de estratégias de inclusão e de autonomia social, econômica e política para essas mulheres, no contexto familiar e dos assentamentos rurais. Colocando-se como um instrumento de análise e apreensão da diversidade da agricultura familiar, a metodologia pretende contribuir no posicionamento social das mulheres camponesas, fundamentando e orientando a formulação de políticas públicas voltadas para os processos de trabalho no meio rural.

Trata-se da produção e validação da metodologia Análise-diagnóstico dos Sistemas de Atividades sob o enfoque de Gênero e Gerações, uma experiência inovadora no meio rural, que tem como principal referência o Método Análise-diagnóstico de Sistemas Agrários, desenvolvido no Instituto Nacional Agrônomo Paris-Grignon (INAP-G), da França¹. Este método, difundido em todo o mundo, através da Organização para Agricultura e Alimentação das Nações Unidas (FAO), universidades e institutos de pesquisa, tem como objetivo compreender a heterogeneidade das diversas agriculturas em seus variados sistemas agrários². Na Bahia, esse método vem sendo utilizado em atividades de extensão, com capacitação de agricultores e agricultoras familiares, estudantes, técnicos e técnicas agrícolas, pelo Grupo de Pesquisa Agricultura Familiar, da Faculdade de Ciências Econômicas, da Universidade Federal da Bahia (UFBA).

¹ Hoje denominado *Institut des Sciences et Industries du Vivant et de l'Environnement – AgroParisTech*.

² No Brasil, esse método foi amplamente utilizado através do Convênio FAO/INCRÁ em assentamentos rurais.

Do método original desenvolvido no INAP-G, bem como da obra de um dos seus pensadores, o Prof. Marc Dufumier, *Les projets de développement agricole – Manuel d’Expertise* (Paris, CTA-Karthala, 1997) e das formulações de Garcia Filho (s.d), utilizam-se conceitos, procedimentos metodológicos e sua seqüência no processo de pesquisa e capacitação³. No subprojeto em pauta, rediscutem-se aspectos do método, inserindo-se novos elementos e categorias de análise, próximas à realidade brasileira, em particular, a do Nordeste do País. A busca pelo conhecimento científico processa-se dessa forma e, assim, o conhecimento avança.

A inovação, no caso do subprojeto, consiste em se considerar os sistemas de atividades da agricultura familiar, articulando as categorias gênero e gerações, com ênfase nas relações intergeracionais no âmbito familiar, comunitário e territorial. Especial destaque é dado ao trabalho doméstico na composição do trabalho da agricultura familiar, segundo a idéia de sistema de atividades, já conhecida no meio científico, a qual não se restringe ao sistema de produção agrícola, mas, decorre de uma combinação de atividades agrícolas e não-agrícolas, em que se configura a pluriatividade. A unidade de decisão e de gestão da família não se centra unicamente na produção agrícola e sim no conjunto de atividades realizadas pelos membros da família que efetivamente trabalham para sobrevivência, reprodução e formação do patrimônio familiar.

Este caderno de orientações metodológicas apresenta procedimentos para análise e diagnóstico dos sistemas de atividades, destacando-se a participação da mulher no trabalho e na renda familiar, bem como a elaboração de projetos, concebidos a partir da realidade e perspectiva dos próprios capacitandos. Trata-se, portanto, de um instrumento de orientação que oferece conceitos, técnicas e passos para o desenvolvimento de pesquisa e planejamento em assentamentos e comunidades rurais.

OBJETIVO DO MANUAL TÉCNICO

Este caderno se propõe a oferecer um instrumental metodológico e de apoio à atuação técnica, visando o desenvolvimento sustentável de comunidades e assentamentos rurais. Seu principal objetivo é fornecer ferramentas de diagnóstico e planejamento que tornem visíveis a importância de mulheres, jovens e idosos na composição do trabalho, na geração de renda e no conjunto de atividades agrícolas e não-agrícolas desenvolvidas pela família. Nesse sentido, pretende contribuir com indicações para formulação de estratégias e políticas públicas que considerem as demandas específicas das mulheres e demais membros das famílias camponesas assentadas.

³ Garcia Filho é autor do Guia Metodológico – Diagnóstico de Sistemas Agrários, Brasília: Projeto de Cooperação Técnica INCRA/FAO (s.d),

1. INTRODUÇÃO

A evolução da agricultura brasileira, bem como a tradição do trabalho familiar, é tema amplamente documentado na literatura e que tem mobilizado o interesse de pesquisadores de diferentes ramos do conhecimento – historiadores, sociólogos, antropólogos, economistas. Estes estudos mostram como, a partir de 1960, esta específica relação de produção vem sendo transformada, em decorrência da expansão capitalista na agricultura, da transferência de algumas culturas para o complexo agroindustrial, que as viabiliza, sob formas de integração horizontal e vertical ao mercado. Evidenciam, também, as novas modalidades de incorporação da mão-de-obra e de estratégias de contratação que refletem o processo de modernização da agricultura, bem como os processos através dos quais se realiza a individualização dos trabalhadores rurais (SILVA, 1996).

Estudos mais recentes vêm apontando para a diversidade e complexidade da agricultura familiar e seu papel atual, frente ao processo de modernização da agricultura, atualmente considerada um dos principais vetores do desenvolvimento econômico do país (VEIGA, 2002). Como decorrência das transformações no meio rural brasileiro, constata-se uma tendência à pluriatividade⁴, fenômeno este que pode ser atribuído ao meio rural atrasado. “Em determinadas regiões, como o Nordeste brasileiro, são as condições adversas e o próprio atraso sócio-econômico que induzem as famílias à diversificação de suas atividades, inclusive não-agrícolas”⁵ (DUFUMIER; COUTO, 1998, p. 106). Inúmeras pesquisas ressaltam como a expansão da economia de mercado, em regiões ocupadas tradicionalmente pela agricultura familiar, tem redefinido as estratégias de reprodução social e de manutenção da terra pelos camponeses. Evidenciam, além disso, que na organização agrícola familiar, essas estratégias resultam da combinação de atividades internas e externas à organização familiar, bem como das redes de cooperação e reciprocidade, propiciadas pelas relações de vizinhança e de parentesco, característica da tradição rural (LAMARCHE, 1998; WANDERLEY, 1984).

Ao mesmo tempo, são retomadas as abordagens da agricultura familiar como um modo de vida (LAMARCHE, 1997), surgindo novos enfoques, como

⁴ Conforme Graziano da Silva, “o conceito de pluriatividade permite descrever a conjunção das atividades agrícolas com outras que gerem ganhos monetários e não monetários, independentemente de serem internas ou externas à exploração agropecuária. Isso permite considerar todas as atividades exercidas por todos os membros dos domicílios, inclusive as ocupações por conta-própria, o trabalho assalariado e não-assalariado, realizados dentro e/ ou fora das explorações agropecuárias. Desse modo, os conceitos de diversificação produtiva e da agricultura em tempo parcial ficam contidos no conceito de pluriatividade” (SEI, 1999).

⁵ Admite-se, neste sentido, que a agricultura familiar no Nordeste não sobrevive exclusivamente das atividades agrícolas, mas, de um sistema de atividades que compreende uma conjugação de atividades geradoras de renda e que fazem parte das estratégias de reprodução das famílias.

a noção de agricultura multifuncional que considera que o sentido da atividade agrícola não se limita à produção para o mercado, mas se estende também à oferta de serviços e bens (materiais e imateriais) à sociedade (CARNEIRO; MALUF, 2006)⁶. Despontam os temas da agroecologia, na qual se situa atualmente um conflito paradigmático na agricultura (entre biotecnologia transgênica e agroecologia), questionando o modelo de produção dominante que se pauta na homogeneidade, nas monoculturas e na centralidade do mercado, ressaltando as virtualidades da produção tecnológica alternativa ou produção agroecológica, que tem como princípio a sustentabilidade sócio-ambiental e, como *locus* privilegiado, a agricultura familiar (CAPORAL; COSTABEBER, 2004).

Em grande parte destes estudos, contudo, persiste a invisibilidade do trabalho feminino e sua contribuição na organização rural familiar, observando-se a omissão da perspectiva de gênero nas análises que informam sobre a dinâmica e as transformações deste segmento produtivo, no contexto da sociedade brasileira. Apesar desta omissão e, conquanto o trabalho produtivo feminino permaneça fortemente subestimado nas estatísticas oficiais, estudos etnográficos realizados em todo o país têm evidenciado como as mulheres desenvolvem suas atividades produtivas em diferentes contextos sócio-econômico-culturais da agricultura familiar. Tais estudos mostram que a participação das mulheres, como sujeitos ativos da organização familiar, é um fato, nas atividades agrícolas, extrativistas, de pesca e na transformação e beneficiamento da produção agropecuária, enfim, nas estratégias produtivas desenvolvidas nos diferentes espaços, que resultam na geração da renda familiar. Apesar disso, as mulheres rurais ainda são identificadas com o espaço doméstico, onde se incluem o quintal e a criação de pequenos animais, omitindo-se sua contribuição nas estratégias de reprodução da família.

A desvalorização e a invisibilidade do trabalho feminino, bem como o papel das mulheres na agricultura familiar, são temas recorrentes em várias análises que enfocam as relações de gênero no meio rural (PAULILLO, 2004; BRUMER, 2004), sobretudo no Nordeste brasileiro (FICHER; MELO, 1996; BUARQUE; DORDELLY; GARCIA, 2002). A relevância do papel feminino neste contexto não aparece, sequer, nas situações de desastre – como é o caso das secas nordestinas (BRANCO, 2000), ou, nas circunstâncias dos assentamentos (RUA; ABRAMOVAY, 2000), quando as mulheres estão nas frentes de luta, viabilizando a ocupação e a consolidação da terra, como espaço conquistado.

⁶ A perspectiva da multifuncionalidade da agricultura questiona que a dependência excessiva do mercado e a ênfase no caráter produtivista da agricultura familiar teriam desvirtuado algumas funções essenciais da agricultura familiar na sua relação com a sociedade, tais como: a preservação do meio ambiente em determinadas áreas; a articulação do agricultor e de sua produção com os aspectos culturais e sociais do território em que está inserido, como por exemplo, a manutenção de um modo de vida e de produzir, a segurança alimentar das famílias produtoras, a preservação ambiental e a manutenção do patrimônio cultural (estilo arquitetônico das casas, manifestações culturais etc); a oferta de emprego rural (CARNEIRO; MALUF, 2006).

Com respeito à invisibilidade do trabalho feminino, estudos, enfocando a unidade agrícola familiar no Nordeste brasileiro (SCHEFLER, 2002), mostram que este fato se deve ao papel multifuncional da mulher, visto que o exercício de várias funções lhe retira a possibilidade de ter demarcado, espacial e temporalmente, sua atividade produtiva e lhe suprime a sua condição de trabalhadora. Seu trabalho, em geral, não é remunerado e, quando é o caso, a renda auferida é inferior a do homem e é sempre gerida por este; seu trabalho realiza-se de forma cíclica e descontínua, modelado pelos acontecimentos familiares e pelas identidades de gênero. A estrutura familiar absorve o seu *status* de trabalhadora, conferindo-lhe, preferencialmente, o papel de mãe de família, que é assumido e naturalizado pelas próprias mulheres, as quais caracterizam seu trabalho como “ajuda”, reafirmando as atividades econômicas como de responsabilidade dos homens. Assim, os papéis definidos social e culturalmente pelos sistemas de gênero são plenamente aceitos e explicados, com base nas diferenças naturais dos sexos, em contraposição às reais demandas de trabalho, cujas atividades realizadas no cotidiano, inclusive nos momentos de crise econômica familiar, são atribuídas ao sexo masculino. Isto reflete uma atitude sistemática de auto-depreciação e de desvalorização das mulheres em relação ao seu próprio trabalho, fato que encontra explicação em Bourdieu, quando afirma: “os dominados aplicam categorias construídas do ponto de vista dos dominantes às relações de dominação, fazendo-as assim serem vistas como naturais” (BOURDIEU, 2003, p. 46).

Esses estudos revelam, ainda, outros aspectos que afirmam o protagonismo das mulheres na agricultura familiar, seja em relação aos arranjos internos à família, visando à reprodução do grupo familiar, seja na preservação do patrimônio familiar (a terra). A presença da mulher representa, efetivamente, a continuidade e a permanência da terra-patrimônio e da terra de trabalho (GARCIA, 1983) e igualmente o resultado do trabalho (WOORTMANN; WOORTMANN, 1997), impedindo que se rompa a ligação da família com este bem e com a produção de subsistência (SCHEFLER, 2002). Referindo-se ao significado da terra para o produtor, Hugues Lamarche mostra sua “natureza ambivalente de bem patrimonial e de bem de produção, no ponto de junção, e às vezes de confrontação, entre a lógica da família e a lógica da exploração agrícola.” (LAMARCHE, 1998, p. 89).

Partindo-se do suposto de que as ideologias de gênero interferem nessas lógicas, uma maior aproximação da realidade da organização rural familiar, passa necessariamente pelo entendimento da lógica de funcionamento da família, considerando seus integrantes, segundo gênero e gerações. Requer, portanto, o entendimento das contradições que resultam do papel e da contribuição efetiva do trabalho das mulheres nas atividades produtivas e reprodutivas, em confronto com a sua posição e nível de influência

na gestão da organização familiar. Com base nesse entendimento, introduzem-se aqui alguns dos conceitos e questões-chave do método proposto.

Qual a importância de uma metodologia de Análise-diagnóstico de Sistemas de Atividades sob o enfoque de Gênero e Gerações?

A metodologia permite que se entenda a lógica que organiza a produção e as relações entre os atores/atrizes desta cena: a unidade rural familiar. O cálculo da renda na agricultura familiar e em assentamentos rurais torna evidente a participação ativa das mulheres no processo produtivo e nas estratégias de reprodução da família, cuja omissão, em grande parte dos estudos que abordam essa temática, resulta por obscurecer sua posição social, influenciando negativamente na construção da sua identidade (que não é de produtora, mas de mera consumidora) e nas possibilidades de ampliação de seu nível de *empoderamento* na família, na organização produtiva e na sociedade⁷.

Por outro lado, a análise da contribuição das mulheres na produção familiar, traduzida, inclusive, em valores monetários, pode apontar pistas que ajudem a desvelar o complicado e injusto quadro de problemas que permeiam as relações de gênero no meio rural, com destaque para a divisão sexual do trabalho e a posição da mulher nesse contexto. Permite, além disso, fornecer elementos que fundamentem criticamente e auxiliem as mulheres rurais nas lutas sociais pelo reconhecimento e afirmação de sua identidade como mulheres, trabalhadoras e cidadãs, indicando estratégias para o delineamento de políticas públicas orientadas para a agricultura familiar, numa perspectiva que integre a agroecologia a outras dimensões deste sistema de organização da produção, notadamente as de gênero e gerações.

Em que consiste a abordagem de gênero e gerações?

Conforme já mencionado anteriormente nessa pesquisa, retoma-se e amplia-se a perspectiva analítica do método Análise-diagnóstico de Sistemas Agrários, o qual, embora aborde a unidade familiar como categoria de análise, tanto na definição da tipologia dos tipos de produtores, quanto de sistemas de produção, não considera a participação das rendas femininas, agrícolas e não-agrícolas, na renda familiar, nem distingue a contribuição dos diferentes

⁷ Para as feministas, empoderamento compreende a transformação dos processos e estruturas que reforçam e reproduzem a discriminação de gênero e a desigualdade social (MASSOLO citado por DIAS, 1993, p. 7).

membros da família, segundo idade e gerações⁸. Essa experiência de validação visa, justamente, incluir o enfoque de gênero e idade/geração à abordagem original do método, que passa a denominar-se Análise-diagnóstico de Sistemas de Atividades sob o enfoque de Gênero e Gerações.

Nessa metodologia reconhece-se o gênero como uma construção social. O gênero não se refere ao sexo dos indivíduos, mas, pressupõe as relações de poder entre homens e mulheres; diz respeito aos atributos construídos pelas diferentes culturas para indicar os papéis sociais designados a homens e mulheres. O Gênero, assim como a classe social, a raça e as idades/gerações são dimensões que se realizam no cotidiano e na História e podem ser também definidas como categorias relacionais ou da experiência, conforme afirma Britto da Motta (1999). Não se pode perder de vista que não só o sexo, mas também as idades são princípios básicos de organização social. Historicamente, a diferenciação entre os grupos de idades e entre os sexos, esteve na base da formação social de todas as sociedades humanas, definindo posições e situações em variados graus de formalização e reconhecimento institucional. Esses sistemas de diferenciação entre os grupos de idade constituíram-se o substrato, a partir do qual se desenvolveram as relações de desigualdade e de dominação (BALANDIER, 1976), nas quais se incluem as relações entre homens e mulheres.

Na vida social, em realidade, toda a relação é de poder e aquelas que se dão entre as gerações, inclusive na família, não constituiriam exceção. No ciclo de vida das diferentes gerações, há um tempo de troca da balança de poder na família como natural e modelar. Isso se realiza em variadas dimensões ou aspectos, que vão da divisão e/ou direção do trabalho doméstico, à contribuição para o orçamento familiar e seu controle, até a regulação de ações individuais e à própria representação de chefias (BRITTO DA MOTTA, 2003). Considera-se, assim, que as relações entre homens e mulheres traduzem-se em vivências de gênero e gerações que, em permanente entrelace, projetam-se nas trajetórias de vida das famílias.

A metodologia Análise-diagnóstico de Sistemas de Atividades sob o enfoque de Gênero e Gerações assume e incorpora o modo feminista de fazer ciência, uma ciência politizada, o que requer, nas palavras de (SARDENBERG, 2002, p. 91), " a construção de uma [...] teoria crítica feminista sobre o conhecimento -- que possa autorizar e fundamentar esse saber que se quer politizado". Coincide também com os postulados metodológicos do feminismo, em relação a: realização de análises contextualizadas, nas quais a realidade e a teoria são pontos de partida e de retorno constantes; os resultados não devem ser generalizados, (principalmente nos estudos de caso), devendo retornar às mulheres – sujeitos e não objeto da investigação – visando municiá-las com

⁸ A análise da família camponesa deve abarcar outras dimensões que evidenciem as lógicas que orientam internamente esta organização social. A família não deve ser entendida somente como um grupo socialmente estruturado, mas também como lócus de produção e de reprodução de um conjunto de valores que orientam as relações sociais dentro e fora de seus limites. (Ver a esse respeito WOORTMANN, 1990).

instrumentos teóricos que alimentem a sua leitura da realidade, sob novos parâmetros, não sexistas e mais igualitários, podendo-se assim, contribuir com as diferentes dimensões do desenvolvimento humano e para a autonomia e emancipação das mulheres (HARDING, 1998; MÍES, 1998; BARTRA, 1998).

Convém lembrar que a metodologia Análise-diagnóstico de Sistemas de Atividades sob o enfoque de Gênero e Gerações compreende um processo de pesquisa-ação-capacitação, portanto, corresponde ao início de um processo conjunto de construção de conhecimentos sobre a realidade e de formulação de propostas de ação, visando à transformação desta realidade. Aqui, as relações de gênero e gerações são analisadas transversalmente, inseridas em todos os conteúdos e em todas as práticas do processo teórico-metodológico. Os(as) participantes são instigados(as) a colocarem em pauta as suas próprias experiências, confrontando-as com as de seus pares. Em cada depoimento, diálogo, exercício, análise e debate, homens e mulheres vão-se dando conta da injusta e desigual situação social em que vivem as mulheres na sociedade rural. No diálogo que confronta teoria e prática, enriquecem-se as descobertas, formando-se uma autoconsciência do contexto de dominação sexista e um novo conhecimento se produz.

A metodologia focaliza as estratégias de produção e de reprodução das famílias, estando assim, na análise desses contextos, as condições para que as/os participantes repensem e avaliem práticas do cotidiano, suas próprias vivências e experiências e as relações sociais (familiares, de trabalho, associativas) através das quais começam a se perceber, sob uma nova ótica – já transformadas(os) pela experiência – como indivíduos até então absorvidos pela dinâmica das relações sociais de gênero, hierárquicas, opressivas e desiguais que marcam a sociedade rural .

O entendimento da dinâmica do trabalho familiar sempre foi considerado um importante recurso no estudo das sociedades rurais, com destaque para a diversidade dos sistemas de cultivos, as lógicas que orientam as escolhas e as decisões das famílias nesse específico modo de produzir. Em grande parte dos estudos, consta que a agricultura camponesa constrói estratégias de reprodução com base em lógicas próprias, sendo o trabalho organizado a partir da família, obedecendo a critérios de divisão de atividades entre os membros do grupo, segundo o sexo e a idade⁹. (KAUTSKY, 1974; CHAYANOV, 1974; GARCIA JR., 1983; SANTOS, 1978; WOORTMANN; WOORTMANN, 1997). Couberam às teorias feministas as mais relevantes contribuições para o entendimento dos arranjos familiares e do papel da mulher

⁹ Estudos sobre o campesinato russo, desenvolvidos por Chayanov (1974), no início do século XX, por exemplo, assinalam que esta organização se baseia no entendimento da família como núcleo definidor da capacidade de trabalho, sendo que a quantidade de trabalho existente para suprir as necessidades do grupo define-se em função da composição (número de homens e mulheres) e o desenvolvimento (idade dos membros) da família (CHAYANOV, 1974).

nas estratégias de reprodução da família camponesa, tornando evidentes as relações de poder que orientam ou determinam a divisão familiar do trabalho, ou a divisão sexual do trabalho que funda a agricultura camponesa¹⁰.

A partir dos conceitos de gênero e relações de gênero têm sido questionadas as noções de atividade econômica e as categorias trabalho e produção, trabalho e não-trabalho, trabalho produtivo, reprodutivo e comunitário¹¹. Esses conceitos têm permitido revelar a invisibilidade, a desvalorização e o caráter de “ajuda” ou “complementaridade” do trabalho feminino nesses contextos, ou seja, perceber como homens e mulheres se incorporam diferencialmente no interior da divisão social e técnica do trabalho ou, como se configura a divisão sexual do trabalho na agricultura familiar. Daí porque, nessa metodologia, estima-se a renda das mulheres agricultoras em relação à renda total das famílias, assim como se ressalta a importância do trabalho doméstico na composição do tempo de trabalho dos membros da família, necessário à sobrevivência e reprodução do sistema de atividades da unidade familiar.

De acordo com Falquet (2005), a divisão sexual do trabalho, o modelo de família e a cultura são questões profundamente interligadas, que se constituem os pilares do sistema patriarcal de opressão, podendo-se supor que aí se concentra grande parte das dificuldades de transformação das relações de gênero no meio rural, no qual os sistemas de valores patriarcais são mais arraigados e, portanto, mais difíceis de serem transpostos.

Com respeito às atividades femininas na reprodução social camponesa, Carneiro (2006) discute a importância que é atribuída ao caráter complementar do trabalho feminino, questionando o fato de que essa importância seja neutralizada por um sistema de classificação sobre as relações de gênero no interior da família e da sociedade, sustentado em valores hierárquicos. Nesses termos, é bastante significativo que a complementaridade, de fato, seja traduzida por representações sociais que enfatizam a hierarquia, a autoridade e a dominação masculina sobre a mulher. Segundo esta autora, o sentido de complementaridade entre as atividades masculinas e femininas não exclui a desigualdade e a hierarquia que preside as relações de gênero. Assim, vale atentar para as suas recomendações quanto à necessidade de que se compreenda o significado da invisibilidade do trabalho da mulher rural e sua

¹⁰ A divisão sexual do trabalho é definida por Daniele Kergoat (citada por FALQUET, 2005) como a forma de divisão do trabalho social, oriunda das relações sociais de sexo, historicamente e socialmente construídas. Caracteriza-se pela designação prioritária dos homens à esfera produtiva e das mulheres à esfera reprodutiva, assim como a captação pelos homens das funções possuidoras de forte valor agregado (políticas, religiosas, militares etc). Contém dois princípios organizadores: o princípio da separação (existem trabalhos de homens e de mulheres) e o princípio hierárquico (um trabalho de homem vale mais do que um trabalho de mulher).

¹¹ A construção teórica do conceito de reprodução social, por exemplo, atualmente aparece alargada, significando um processo que implica na reprodução biológica e da força de trabalho, a reprodução dos bens de consumo e de produção e a reprodução das relações de produção.

reclusão ao espaço doméstico. Não basta, portanto, constatar o fato, mas buscar as suas causas mais profundas. Por que as tarefas desempenhadas pela mulher rural são consideradas, pelo imaginário social, secundárias e desvalorizadas em relação às que estão sob a responsabilidade dos homens? Esta, entre outras, são questões que a metodologia Análise-diagnóstico de Sistemas de Atividades sob o enfoque de Gênero e Gerações deve intentar responder.

Em que consiste um diagnóstico na perspectiva do método proposto?

Compreende um conjunto de procedimentos operacionais, de natureza participativa, realizado de forma rápida, dinâmica e objetiva, preservando-se, contudo, o rigor e a preocupação científicas quanto à obediência aos procedimentos metodológicos e a coerência das informações. O diagnóstico não é um fim em si mesmo, mas uma ferramenta analítica. Seu principal objetivo é contribuir para a elaboração de estratégias de desenvolvimento rural, regional e territorial, definindo políticas públicas, programas e projetos. Devem-se formular perguntas e respostas sobre as técnicas, aspectos econômicos e sociais das famílias e seus sistemas de atividades, as razões de surgimento desses sistemas na história de uma comunidade, de um município e de uma região, identificando-se potencialidades e limitações presentes na realidade. Tais procedimentos permitem a escolha de investimentos prioritários, a seleção dos beneficiários e a classificação de sistemas de atividades mais eficientes e mais produtivos na geração de renda, na promoção social das mulheres, na formação do patrimônio familiar – com menos ou nenhum impacto ambiental –, assim como a indicação de como se apresenta a participação das agricultoras e agricultores, dos jovens e idosos no trabalho produtivo e reprodutivo. O diagnóstico pressupõe procedimentos, tais como:

- Levantamento das situações ecológica, socioeconômica e cultural das agricultoras e agricultores na história da comunidade e da família, bem como a ocupação dos integrantes da família nas atividades agrícolas, não-agrícolas e no trabalho doméstico.
- Identificação e caracterização dos principais tipos de famílias produtoras (familiares, patronais, capitalistas) e dos principais agentes envolvidos no desenvolvimento rural (comércio, empresas – inclusive as de integração, bancos, agro-indústrias, poder público).

- Identificação e caracterização dos principais sistemas de atividades utilizados pelos tipos de famílias, com suas práticas, técnicas sociais e econômicas e seus problemas, assim como a composição do trabalho familiar entre seus membros (unidade de trabalho familiar – UTF), com a abordagem de gênero e geracional, destacando a participação de cada UTF no trabalho produtivo e reprodutivo e na renda familiar.
- Caracterização do desenvolvimento rural em curso, as tendências de evolução da agricultura na região, assim como as políticas voltadas para o *empoderamento* das mulheres.
- Identificação, explicação e hierarquização dos principais elementos ecológicos, socioeconômicos, culturais, técnicos, políticos, que determinam a dinâmica e as transformações que ocorrem no âmbito da família, quanto à participação de seus membros na organização e gestão do trabalho agrícola e não-agrícola e na composição da renda familiar.
- Previsões sobre a realidade agrária (evolução ou involução) e do conjunto de atividades desenvolvidas pelas famílias.
- Sugestão de políticas, programas e projetos de desenvolvimento, estabelecendo as ações prioritárias e específicas para jovens, idosos e mulheres.

Sempre o enfoque sistêmico e histórico?

Utiliza-se a abordagem de teorias e metodologias sistêmicas, centradas na Teoria Geral dos Sistemas. A metodologia está baseada nos atores, agentes, sujeitos da história dos sistemas agrários, com ênfase nas agricultoras e agricultores familiares, para quem devem ser destinadas, prioritariamente, as políticas de desenvolvimento no meio rural. Isto porque se reconhece que a realidade social é complexa e plural e somente um método histórico-estrutural com uma abordagem sistêmica que englobe as categorias classes, gênero, idades/gerações, além de grupos e tipos sociais, permite que se percebam as contradições dos sistemas agrários e seu conjunto de sistemas de atividades.

Esse enfoque sistêmico não está dissociado da compreensão do espaço natural, do ecossistema no qual se estruturam e se transformam os sistemas agrários ao longo da história. Os ecossistemas tanto podem impor limites, como no caso dos mais áridos ou montanhosos, bem como potencialidades, seja pela elevada fertilidade dos solos, abundância de recursos hídricos, entre outros fatores.

O modo de utilização do espaço pelas sociedades consiste num processo histórico de adaptação ao ecossistema, buscando explorar da melhor maneira o seu potencial, minimizando os obstáculos. De acordo com Garcia Filho (s.d), as formas de uso do espaço mudam ao longo da história, em virtude de fatos que se relacionam entre si, como os fatos ecológicos (mudanças climáticas, desmatamento, depauperação do solo), técnicos (surgimento de novas tecnologias ou variedades, introdução de novas culturas) ou econômicos (variação de preços, mudanças nas políticas agrícolas, desenvolvimento ou declínio de agroindústrias, surgimento de oportunidades comerciais).

As sociedades são também diferenciadas e plurais, compostas de categorias, de camadas e de classes sociais que se relacionam e são contraditórias entre si, como os agricultores familiares, fazendeiros, empresas capitalistas, assalariados e diaristas, arrendatários e parceiros, comerciantes, agroindústrias, bancos, fornecedores, atravessadores, organizações da sociedade civil. Adicione-se a essas, as contradições decorrentes das relações desiguais e hierárquicas de gênero.

No âmbito da agricultura familiar, nem todos os agricultores e agricultoras apresentam o mesmo nível de capitalização, a mesma formação do patrimônio familiar, a mesma combinação de sistemas de atividades, ou, em outras palavras, os mesmos arranjos familiares. Esses arranjos são diversos em função de vários fatores, sendo o mais determinante a composição interna das famílias, segundo os sexos, as gerações e as posições sociais dos sujeitos na estrutura familiar (homens, mulheres, jovens, idosos e crianças – chefe de família, provedor, pai, mãe, filha(o) trabalhadora(o), agregado, dependente, por exemplo). As culturas e as criações também são combinadas de forma diferente em cada sistema de atividades, havendo variações quanto à combinação dos recursos humanos, naturais e financeiros disponíveis. Assim, cada tipo de família produtora e cada sistema de atividades são determinados por um conjunto complexo de fatores ecológicos, técnicos, sociais e econômicos, que são perpassados pelas relações de gênero e gerações.

Os princípios gerais do método e a participação das agricultoras e agricultores

- O método baseia-se em passos progressivos, partindo do geral para o particular. A análise começa pelos fenômenos e dimensões mais gerais (mundo, país, região) até os mais específicos (município, comunidade, sistemas de atividades); e nos fenômenos particulares (os subsistemas de cultivo, criação, transformação ou beneficiamento, extrativismo, quintal, e subsistema doméstico), conforme pode-se observar no quadro 1.

Quadro 1

Nível de análise e objeto de síntese do método Análise-diagnóstico de Sistemas de Atividades sob o enfoque de Gênero e Gerações

Nível de análise	Objeto de síntese
Internacional	Mercado mundial
Nacional	Articulação intersetorial (agricultura/outros setores)
Regional e microrregional	Sistema agrário
Unidade de produção	Sistema de atividades
Grupo de animais (da mesma espécie)	Subsistema de criação
Parcela (analisada de forma homogênea)	Subsistema de cultivo
Transformação da matéria-prima/agrícola	Subsistema de beneficiamento
Extração de vegetais animais ou minerais	Subsistema extrativismo
Parcela destinada, em geral, ao autoconsumo	Subsistema Quintal
Conjunto de atividades não-agrícolas	Subsistema de atividades não-agrícolas
Espaço doméstico	Trabalho doméstico

Na metodologia Análise-diagnóstico dos Sistemas de Atividades sob o enfoque de Gênero e Gerações, incorporam-se à análise, o subsistema de atividades não-agrícolas, além do subsistema extrativismo, o subsistema quintal e o subsistema trabalho doméstico. Considera-se a importância crescente do fenômeno da pluriatividade na ocupação e renda das famílias rurais, bem como a diversidade dos sistemas praticados pelas famílias e a necessidade de visibilizar o trabalho doméstico, como componente indispensável às estratégias de reprodução da agricultura familiar. Elaboram-se sucessivas hipóteses a partir do confronto e da interpretação dos fenômenos observados nas análises anteriores.

- Deve-se considerar não apenas a descrição dos fenômenos, mas buscar os fatores que os explicam. Assim, torna-se necessário:
 - ✓ manter a perspectiva histórica em todas as etapas do método;
 - ✓ realizar uma avaliação econômica dos diferentes sistemas de atividades, tanto do ponto de vista do produtor(a), quanto do ponto de vista da sociedade;
- Busca-se estratificar a realidade, estabelecendo conjuntos homogêneos e contrastados, definidos de acordo com o estágio atual do desenvolvimento. Essa estratificação pode ser realizada através de:

- ✓ do zoneamento agroecológico;
 - ✓ da tipologia – estudo dos diferentes tipos de produtores(as);
 - ✓ da tipologia de sistemas de atividades.
- É necessário entender as relações entre as partes e entre os fatos ecológicos, técnicos e sociais que explicam a realidade. Em cada nível de análise, utiliza-se o enfoque sistêmico.
 - Trabalha-se com amostragens dirigidas, analisando-se a diversidade dos fenômenos mais importantes. O tamanho da amostra é determinado, sobretudo pela complexidade e diversidade da realidade estudada. Não se trabalha com amostragens aleatórias, visto que estas não representam a diversidade de situações.
 - Recomenda-se que o diagnóstico seja realizado em conjunto, por uma equipe técnica multidisciplinar, contando com a participação dos agricultores e das agricultoras, incluindo jovens e idosos. Há diferenças entre o olhar dos técnicos, o olhar dos homens, das mulheres e o olhar dos jovens e dos idosos. Essa heterogeneidade de visões de mundo é importante para o método, para a construção do conhecimento. Pode-se considerar como objetivos do diagnóstico:
 - ✓ fornecer aos agricultores informações sobre a realidade na qual atuam
 - ✓ contribuir para que os agricultores formulem projetos e políticas de desenvolvimento;
 - ✓ facilitar o diálogo dos técnicos com os produtores e estes entre si.
 - Devem-se criar mecanismos que permitam que o conjunto dos agricultores e agricultoras discuta as conclusões do trabalho e participem da formulação das políticas e dos projetos dele decorrentes, tal como foi a experiência nos assentamentos dos três estados pesquisados.

2 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Apresentam-se os procedimentos do método validado – Análise diagnóstica de sistemas de Atividades sob o enfoque de Gênero e Gerações, considerando as experiências realizadas em assentamentos rurais dos estados de Sergipe, Bahia e Alagoas, durante as oficinas de capacitação. A título de ilustração, apresentam-se apenas os resultados da pesquisa-ação-capacitação, desenvolvida no assentamento de reforma agrária, denominado José Ribamar, situado no Alto Sertão Sergipano, município de Nossa Senhora da Glória, estado de Sergipe.

2.1 DISCUSSÃO DE CONCEITOS

Nessa etapa inicial, apresentam-se alguns conceitos, que são retomados, durante o curso do processo de capacitação, à medida que a pesquisa avança. Discutem-se, entre outros, os conceitos de: ecossistema, sistema agrário, agricultura (capitalista, patronal e familiar), pluriatividade, sistema de atividades, multifuncionalidade, gênero e relações de gênero, idades e gerações, desenvolvimento sustentável, desenvolvimento humano. Os conceitos de sistema agrário e de sistema de atividades vão sendo aprofundados, à medida que os resultados da pesquisa de campo são sistematizados, apresentados e discutidos. Outros conceitos e temas podem e devem ser introduzidos, em conformidade com os objetivos, o objeto e o próprio método de pesquisa. Observa-se que a compreensão de conceitos, tais como, gênero e geração são mais facilmente apreendidos, a partir de vivências e exemplificações obtidas na pesquisa direta junto à comunidade rural.

2.2 ANÁLISE GLOBAL DA REGIÃO

Uma região não é uma unidade homogênea, mas um espaço plural e heterogêneo, com características ecológicas distintas que determinam os diferentes tipos de atividades (agropecuária, agroindústria, mineração, entre outras). As formas de exploração dos sistemas agrários são heterogêneas. De acordo com (DUFUMIER, 1997; GARCIA FILHO, s.d.), a análise da região deve:

- identificar e localizar no espaço os grandes modos de exploração do meio ambiente, os distintos cultivos e as diferentes práticas agrícolas – sistemas de agricultura, pecuária de corte, em grandes extensões, agricultura em pequena escala (mais ou menos mecanizada, ou diversificada), perímetros irrigados;
- identificar os elementos ecológicos, técnicos, sociais e culturais que determinaram a sua evolução recente, as potencialidades ou fatores limitantes dos ecossistemas, condições e eventuais

acidentes ou mudanças ecológicas (secas, inundações, desgaste dos solos, diminuição das matas, construção de barragens, evolução da estrutura fundiária e das formas de acesso à terra, evolução das técnicas ou dos instrumentos de produção, criação de infra-estruturas (irrigação, estradas), expansão ou retração dos mercados, instalação de agroindústrias, equipamentos de armazenagem, migrações, crescimento demográfico, mudanças nas legislações.

Observam-se também, conforme os objetivos deste manual, a participação da mulher, dos jovens e idosos nas atividades agrícolas e não-agrícolas, a distribuição do tempo de trabalho de cada um nas atividades (subsistemas), a contribuição de cada membro na renda familiar, a importância do trabalho doméstico e dos quintais, geralmente, cultivados por mulheres, e as transformações, ao longo da história, no modo de inserção das agricultoras nas atividades agrícolas e no mercado de trabalho.

A coleta e o tratamento dos dados existentes consistem num procedimento comum a qualquer processo de pesquisa, ou seja, a compilação e o tratamento dos documentos históricos, cartográficos e estatísticos existentes sobre a região de estudo. São feitas correlações entre diferentes variáveis (clima, solos, relevo, cobertura vegetal, estrutura fundiária, dados demográficos (mortalidade, natalidade, morbidade) e de produção, infra-estrutura, utilizando-se:

- ✓ superposição de mapas temáticos na mesma escala;
- ✓ estudo de documentos antigos relativos à história, ao desenvolvimento rural e às práticas agrícolas;
- ✓ cruzamento desses dados e informações estatísticas.

2.3 LEITURA E ANÁLISE DE PAISAGEM

As paisagens agrárias oferecem as primeiras informações para o diagnóstico. Trata-se de uma observação direta, sistemática e continuada, obtendo-se informações indispensáveis sobre as diversas formas de exploração e de manejo do meio ambiente e as práticas agrícolas e suas condições ecológicas. A leitura de paisagem tem como objetivos:

- ✓ verificar se a região é homogênea, identificando e caracterizando as heterogeneidades;
- ✓ identificar os diferentes tipos de agricultura existentes;
- ✓ identificar os condicionantes ecológicos dessas atividades agrícolas;
- ✓ levantar hipóteses que expliquem essas heterogeneidades e a formação dessa paisagem (relações entre os indivíduos e o ecossistema);

- ✓ perceber a distribuição do trabalho feminino e masculino no espaço;
- ✓ elaborar um zoneamento preliminar da região.

A leitura de paisagem é realizada através de percursos sistemáticos de campo que permitam atravessar e verificar diferentes heterogeneidades dos ecossistemas. É preciso interpretá-la e interrogar-se, a partir dela. Deve-se iniciar a leitura pelos aspectos mais gerais, identificando os principais ecossistemas existentes, através das grandes formas de relevo, das principais formações vegetais, dos diferentes "territórios" agrícolas. O que olhar durante o percurso?

- os ecossistemas (unidades geomorfológicas, cobertura vegetal);
- os tipos de agricultura – tipos de cultivos e criações, disposição no espaço dessas culturas, a estrutura fundiária, as técnicas utilizadas, o grau de intensificação das culturas, as espécies e o tamanho dos rebanhos, as formas de uso dos diferentes recursos naturais (solos, vegetação nativa, água);
- ✓ a infra-estrutura social e produtiva (tipo, localização, estado de conservação);
- ✓ os indicadores do nível de condições de vida;
- ✓ divisão técnica e sexual do trabalho entre a agricultora, o agricultor, jovens e idosos, tanto no sistema de atividades, quanto nas atividades comunitárias.

O que se espera obter com a leitura de paisagem?

- ✓ zoneamento agroecológico preliminar;
- ✓ caracterização inicial das diferentes agriculturas e as primeiras hipóteses sobre seus condicionantes (meio físico, estrutura agrária, evolução das técnicas agrícolas, infra-estrutura);
- ✓ as primeiras indagações ou as hipóteses preliminares sobre a história da região;
- ✓ os primeiros questionamentos sobre a distribuição espacial do trabalho, entre homens e mulheres, jovens e idosos nas atividades produtivas e domésticas.

Os resultados podem ser representados de várias formas:

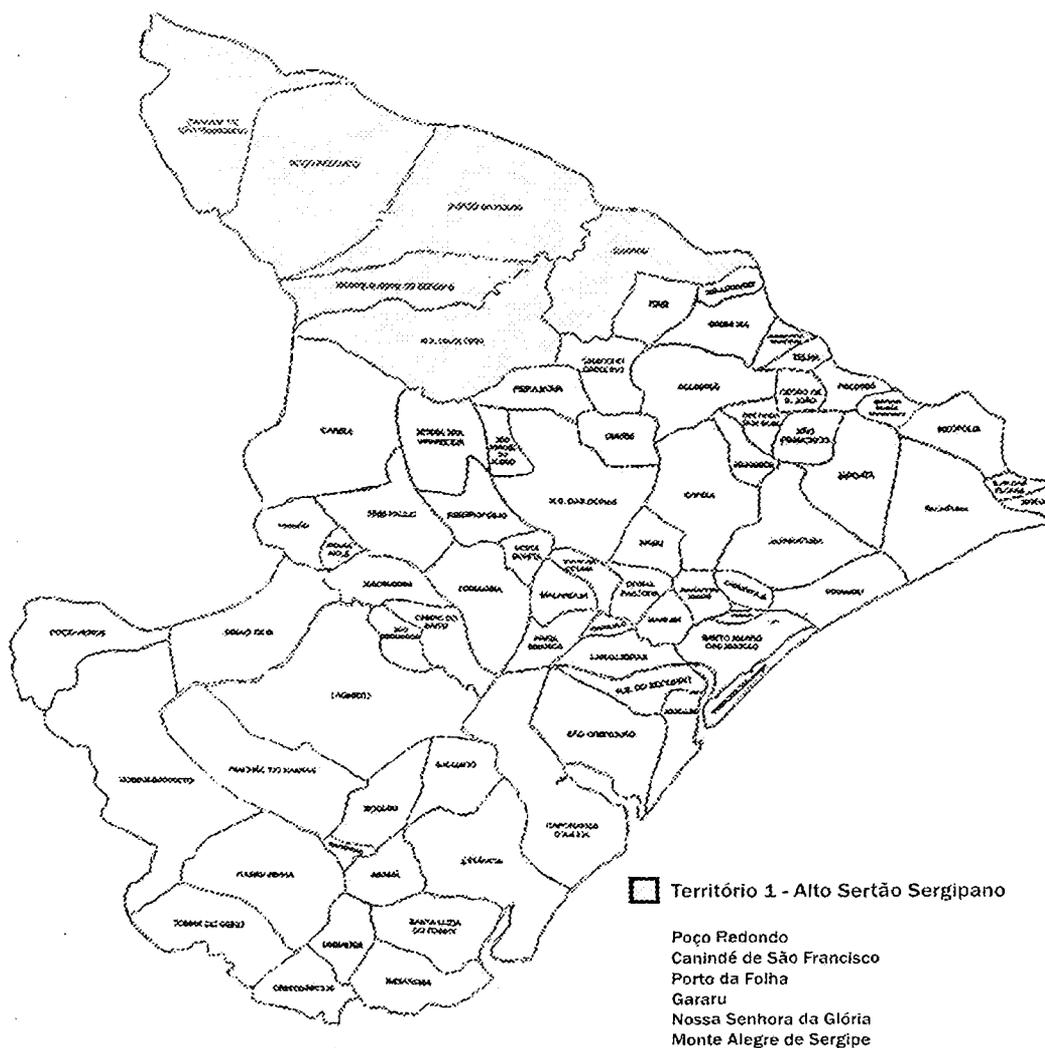
- ✓ através de mapas que podem ser superpostos (zoneamento agroecológico; divisão administrativa, entre outros);

✓ através de croquis ou blocos-diagrama tridimensionais dessas formas de exploração do meio ou fotos.

Figura 1

Cartograma do estado de Sergipe, 2006

Estado de Sergipe



Fonte: DEAGRO, 2006

Figura 2

Croqui do Assentamento José Ribamar, Município Nossa Senhora da Glória, estado de Sergipe, 2006

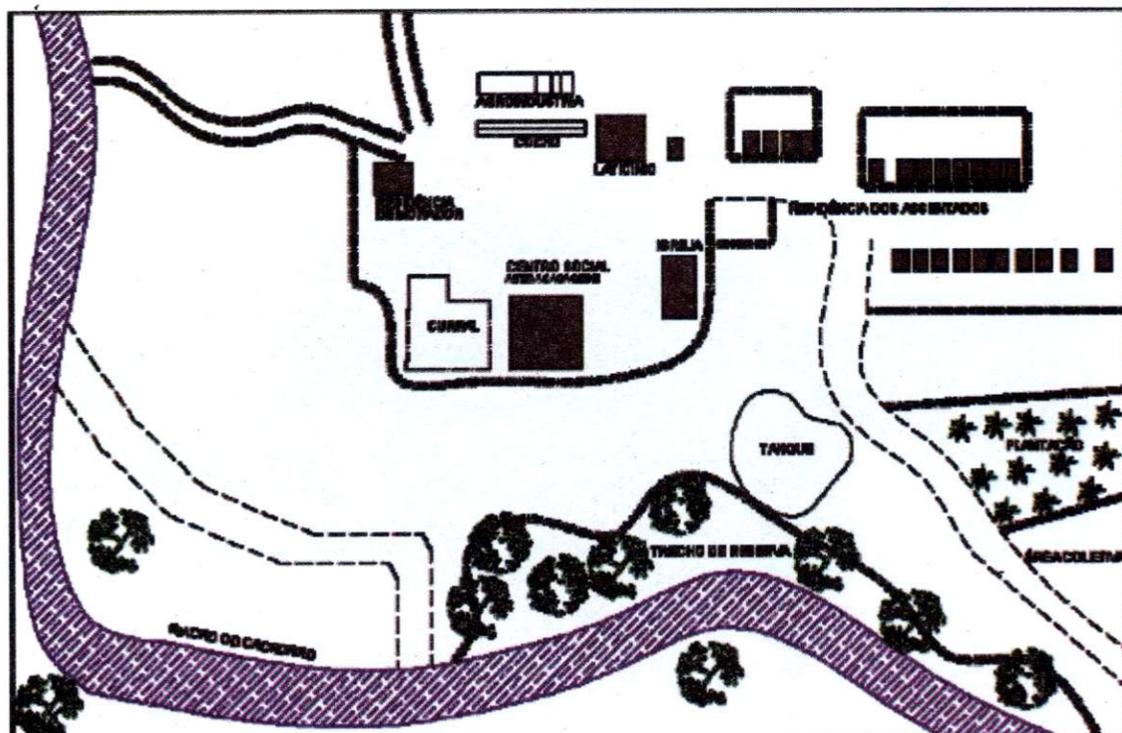


Figura 3

Vista parcial do Assentamento José Ribamar, Município de Nossa Senhora da Glória, estado de Sergipe, 2006.



Figura 4

Carro de boi como meio de produção no Assentamento José Ribamar, Município de Nossa Senhora da Glória, estado de Sergipe, 2006



Foto: Romildes Santos. INCRA-Sergipe, 2006

2.4 ENTREVISTAS HISTÓRICAS

- levantamento dos fatos ecológicos, técnicos, socioeconômicos e culturais

Essa etapa do método e da pesquisa corresponde à realização de entrevistas com os informantes-chave. Esses informantes são aquelas pessoas que conhecem a história da região e da comunidade, porque vivem há muito tempo no local ou porque obtiveram informações de seus pais, avós ou moradores antigos sobre a história e os diversos fatos que marcaram a formação da sociedade que se estuda. Não se trata de considerar exclusivamente a pessoa mais idosa, que pode ser recente na comunidade. As entrevistas podem ser informais, realizadas individualmente, ou em grupo de agricultoras e agricultores, baseadas na observação e na análise das paisagens, das práticas agrícolas e das atividades cotidianas, nos espaços doméstico, de trabalho e comunitário/associativo.

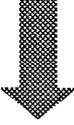
Essa etapa do método é desenvolvida pela oralidade histórica, ouvindo pessoas como fontes de informação. Trata-se de um momento muito

enriquecedor no processo de pesquisa, pois, muitas vezes, revelam-se informações que provavelmente não se encontram em livros ou textos já publicados. As hipóteses levantadas são verificadas nesse momento das entrevistas históricas, com aqueles informantes-chave que possam fornecer mais elementos que ajudem a explicar os fenômenos observados. Os depoimentos dos informantes-chave são confrontados, visando à identificação de possíveis contradições, de forma a se chegar o mais próximo possível da realidade. O objetivo, além de se obter uma cronologia, é estabelecer relações de causa e efeito, identificando as trajetórias de acumulação, ou de empobrecimento, que implicaram na diferenciação das(os) agricultoras(es). Devem ser levantados:

- ✓ *fatos ecológicos*: mudanças de longo prazo ou incidentes relativos às condições ecológicas, como secas, inundações, construção de barragens, contaminação e poluição de rios e manguezais, diminuição das áreas de mata ou da duração do pousio.
- ✓ *fatos técnicos*: mudanças de culturas ou criações praticadas, introdução ou abandono de técnicas agrícolas, evolução das formas de tração, dos instrumentos e das ferramentas, mudanças nas formas de reprodução da fertilidade e de combate às pragas, novas atividades não-agrícolas, tecnologias (abandono e surgimento de novas) na agricultura e em outras atividades (artesanato, indústria, turismo, comércio, educação, por exemplo). Participação das mulheres e homens, dos idosos e jovens na organização do trabalho agrícola e não-agrícola na região, na comunidade e na unidade familiar. Como mulheres e homens executam as atividades produtivas na história da região, comunidade e na unidade familiar.
- ✓ *fatos sócio-econômicos*: mudanças nas relações sociais, nas formas de acesso a terra, na estrutura fundiária, nas ações dos diferentes atores sociais, nas políticas públicas ou nas condições socioeconômicas mais gerais (inflação, relações de preço, emprego e salários, legislações trabalhistas, ambientais e tributárias). Mudanças na forma de trabalho dos homens, mulheres, jovens e idosos, programas sociais voltados para mulheres, jovens e idosos. Que tipos de atividade homens e mulheres desenvolveram na história da região, na comunidade e nas unidades produtivas.

Quadro 2

Fatos ecológicos, Fatos técnicos, Fatos socioeconômicos da região do Alto Sertão Sergipano, Município de N. Senhora da Glória, Assentamento José Ribamar, Estado de Sergipe, em 2006.

Período	Fatos ecológicos	Fatos técnicos	Fatos socioeconômicos
1970	Existência de reservas legal e permanente	Construção de 16 pequenas barragens	
1980	Praga do bicudo na cultura do algodão Devastação da caatinga para a formação de pastagens		Ocupação de Barra da Onça – crise no setor têxtil
1990		 Implantação da hidrelétrica de Xingó Implantação de torres de transmissão	Instalação da Parmalat Início das ocupações por terra 

2000-2001		Implantação dos Planos de Desenvolvimento dos Assentamentos	1ª reunião com o Movimento dos Sem-terra (MST); poucos conflitos
2002-2003	Seca		Fechamento da unidade da Parmalat
2004	Cheia – inundação	Liberação dos recursos financeiros para fomento e habitação (construção das casas) no assentamento 	Chegada do Bolsa- família 3 mulheres beneficiadas com a posse dos lotes no assentamento José Ribamar
2005		Reestruturação da assistência técnica – mais técnicos no assentamento	Construção das casas
2006		Divisão dos lotes – da organização coletiva do espaço para a divisão individual dos lotes  Início do funcionamento da unidade de beneficiamento de queijo (individual) Chegada do ônibus escolar para o transporte das crianças e jovens às escolas	Chegada da água, energia elétrica e cisterna Compra da produção de leite do assentamento e transformação em queijo (empreendimento de um assentado)  Diminuição da reprovação e evasão escolar

Fonte: Pesquisa de campo, 2006

A partir da análise da região, é possível explicar como os principais fatores ecológicos, técnicos e sociais determinaram a evolução passada e condicionam as tendências presentes, nas diferentes categorias sociais, e nas práticas agrícolas. Há elementos indicativos que devem ser confirmados e detalhados nas etapas seguintes, em relação às diferentes categorias sociais de famílias produtoras, os sistemas de atividades típicos e a composição do trabalho familiar, segundo gênero e gerações.

2.5 CONCEITOS NORTEADORES DA METODOLOGIA: SISTEMA AGRÁRIO, SISTEMA DE ATIVIDADES, GÊNERO E GERAÇÕES

No método validado Análise-diagnóstico de Sistemas de Atividades sob o enfoque de Gênero e Gerações, assume-se que o sistema agrário varia no tempo e no espaço, sendo o resultado dos movimentos de expansão e retração das forças produtivas de um conjunto de atividades agrícolas e não-agrícolas, com uma divisão social, técnica e sexual do trabalho que distingue a importância de cada membro ativo na renda da própria família.

Na concepção de (DUFUMIER, 1997; GARCIA FILHO, s.d.) o sistema agrário é, antes de tudo, um modo de exploração do meio historicamente constituído, um sistema de forças de produção, um sistema técnico adaptado às condições bioclimáticas de um espaço determinado, que responde às condições e necessidades sociais do momento. Um modo de exploração do meio que é o produto específico do trabalho agrícola e não-agrícola, utilizando uma combinação apropriada de meios de produção inertes e meios vivos para explorar e reproduzir um meio socialmente produzido, resultante das transformações sucessivas ocorridas historicamente no meio natural.

Trata-se, portanto, da combinação das seguintes variáveis: meio cultivado; instrumentos de produção; modo de "artificialização do meio"; divisão social e familiar do trabalho; excedentes agrícolas; relações de troca; conjunto das idéias e instituições que garantem a reprodução social no espaço regional.

O sistema de atividades consiste numa combinação, no tempo e no espaço, dos recursos disponíveis para a obtenção das produções vegetais e animais, realização de atividades não-agrícolas e do trabalho doméstico. Trata-se da unidade de decisão e de gestão da família.

Introduzido pelas teorias feministas, o conceito de gênero possibilita o entendimento das desiguais e persistentes relações entre os sexos nas diferentes sociedades. De acordo com Scott (1995), "Gênero é um elemento constitutivo das relações sociais, baseado nas diferenças percebidas entre os sexos. Gênero é a forma primeira de significar as relações de poder". Neste caso, vale dizer que as relações de gênero são relações de poder que se disseminam em redes complexas, através das diversas instituições, símbolos, códigos, práticas e discursos, constituindo hierarquias entre homens e mulheres e instituindo as desigualdades. As teorias feministas ensinam que as relações de dominação e opressão das mulheres são desigualdades determinadas pela ideologia patriarcal, que se pauta na superioridade masculina e na subjugação social das mulheres. Essas relações se expressam no contexto da família (mundo privado) e nos espaços públicos, perpassando importantes dimensões da sociedade.

As gerações podem ser entendidas, nos termos de Mannheim (1928), como indivíduos que vivem em determinada época ou tempo social, têm aproximadamente a mesma idade, mas o que os constitui como geração é o fato de estarem ligados a uma posição comum na dimensão histórica do processo social, portanto, partilham de um modo característico de pensamento e experiências comuns MANNHEIM (1928).

2.6 ELABORAÇÃO DA TIPOLOGIA

Essa etapa do método consiste na definição da tipologia da categoria social das famílias produtoras, dos sistemas de atividades e da composição do trabalho segundo gênero gerações

As famílias trabalham em condições ambientais e sócio-econômicas distintas, havendo diferenças quanto ao acesso a terra, aos demais recursos naturais, à informação, aos serviços públicos, mercados e ao crédito. Apresentam também diferenças nos níveis de capitalização, acesso aos recursos financeiros disponíveis, disponibilidade de mão-de-obra, modo de organização da produção agrícola e da combinação de diversas atividades e distribuição do tempo de trabalho de cada membro da família.

Os capitalistas procuram otimizar a taxa de lucro do capital investido e os produtores familiares buscam otimizar a renda familiar, ou a renda por ativo familiar (R/UTF). Se o fator limitante é a disponibilidade de mão-de-obra, os produtores optam por sistemas mais extensivos, que utilizam equipamentos e máquinas, reduzindo o trabalho por unidade de área. Se a área disponível é o fator limitante, os produtores buscam sistemas mais intensivos, mais exigentes em mão-de-obra, que aumentam a produtividade por unidade de área (horticultura, fruticultura, irrigação criações intensivas). Por conseguinte, as famílias fazem escolhas diferentes quanto às culturas, às técnicas, às práticas agrícolas e econômicas. Nem todas adotam os mesmos sistemas de atividades e nem combinam da mesma maneira, o tempo de trabalho despendido por cada um de seus membros ativos.

2.6.1 Elaboração da pré-tipologia (primeiras hipóteses)

Elaborar uma tipologia significa realizar uma classificação, agrupando os casos semelhantes em grupos homogêneos (tipos), que se diferenciam uns dos outros.

Apesar da diversidade de condições e de sistemas de atividades de uma região, é possível reunir as famílias produtoras em categorias sociais distintas,

dentro das quais as condições socioeconômicas e as estratégias são semelhantes, mas, entre as quais, há diferenças significativas. Conquanto a análise de paisagem e as entrevistas históricas forneçam elementos importantes para a elaboração dessa tipologia, sempre será necessário aprofundar os levantamentos iniciais, realizando novas entrevistas com mais informantes-chave, ou seja, com famílias que apresentem situações e sistemas de atividades distintos.

Qual será, então, o resultado final? A definição de diversas categorias sociais de famílias, identificando, para cada uma delas, os sistemas de atividades dominantes. Cada tipo de família ou de sistema de atividades definido corresponde a grupos sociais relativamente homogêneos, mas distintos dos demais grupos. Trata-se, assim, de uma pré-tipologia que deve ser confirmada por intermédio de pesquisas em profundidade dos sistemas de atividades de cada tipo representativo das categorias sociais de famílias.

Na análise de sistemas, o que interessa não é uma representatividade estatística da região, mas abranger a diversidade de famílias e de sistemas de atividades. Devem ser escolhidos sistemas de atividades que revelem a diversidade e as tendências identificadas, ainda que certos grupos e sistemas "marginais" ou "extremos" sejam poucos representativos do ponto de vista estatístico. Mesmo os sistemas em declínio poderão fornecer informações importantes sobre os fatores que os levaram a essa situação. Outros sistemas podem estar emergindo. Esses nos informarão sobre as novas oportunidades oferecidas pelo sistema agrário e sobre estratégias que poderão vir a ser adotadas e difundidas no futuro. A análise dos casos extremos pode trazer informações importantes para os casos mais freqüentes.

Recomenda-se a elaboração de amostragens dirigidas. As amostras devem conter algumas famílias mais representativas de cada categoria social e de cada tipo de sistema de atividades. As amostragens dirigidas apresentam vantagens práticas sobre as aleatórias, tais como rapidez, adaptabilidade e baixo custo, quando comparadas às tipologias elaboradas por intermédio de análises de correlações estatísticas.

2.6.2 Apresentação do conceito de subsistema de atividades: subsistema de cultivo, criação e beneficiamento (transformação), extrativismo, quintal, atividades não-agrícolas, trabalho doméstico

É necessário ampliar a escala da pesquisa, investigando os sistemas de atividades, as famílias e os subsistemas. Deve-se analisar cada um dos principais sistemas de atividades, explicando sua origem e sua racionalidade, conhecendo

as técnicas e as práticas agrícolas e econômicas de cada tipo de família: variedades utilizadas, "consorciamentos", sucessões de culturas, relacionando-as aos recursos de que dispõem as famílias e às condições sócio-econômicas e ambientais nas quais trabalham.

É possível delinear tendências de evolução, não somente do sistema agrário, como de cada tipo em particular. Podem-se propor políticas ou projetos mais apropriados para cada tipo de família, estabelecendo-se prioridades para a assistência técnica, capacitação, crédito, investimentos em infra-estrutura, sugerindo-se novos sistemas (ou subsistemas) de cultivo, criação, transformação ou beneficiamento diversificação dos quintais, integração desses subsistemas e combinação com atividades não-agrícolas, que gerem oportunidades de ocupação e renda, sobretudo para as mulheres, além da socialização do trabalho doméstico.

A seguir, apresentam-se os conceitos de sistema de atividades, subsistema de cultivo, subsistema de criação, subsistema de beneficiamento ou transformação, subsistema quintal, subsistema extrativismo, subsistema atividades não-agrícolas e trabalho doméstico.

- *Sistema de Atividades*: combinação (no tempo e no espaço) dos recursos disponíveis para a obtenção das produções vegetais e animais, realização de atividades não-agrícolas e do trabalho doméstico. Combinação mais ou menos coerente de diversos subsistemas de atividades.
- *Subsistemas de atividades*:
 - ✓ *Subsistema de Cultivo das Parcelas*: unidade com produções vegetais, tratada de maneira homogênea, com os mesmos itinerários técnicos e com as mesmas sucessões culturais;
 - ✓ *Subsistema de Criação*: unidade com grupos de animais ou de fragmentos de grupos de animais, com os mesmos itinerários técnicos;
 - ✓ *Subsistema de Beneficiamento ou transformação*: unidade de transformação dos produtos agrícolas no sistema de atividades;
 - ✓ *Subsistema Quintal*: unidade contígua ou próxima às residências das famílias, cujas atividades combinam-se com o trabalho doméstico e cuja produção destina-se, preferencialmente ao autoconsumo das famílias, podendo eventualmente ser vendida parte da produção.
 - ✓ *Subsistema Extrativismo*: unidade em que se realiza coleta de produtos da natureza (vegetais, animais ou minerais) para o autoconsumo familiar ou fins comerciais.

- ✓ *Subsistema Atividades não-agrícolas*: unidade em que se realizam atividades não-agrícolas pelos membros da família (UTFs), seja por conta-própria, ou como empregados, caracterizando a natureza pluriativa da unidade de produção familiar.
- ✓ *Trabalho doméstico*: exercido pelos membros da família, como atividade não-mensurável com valor de uso (renda oculta); essencial à reprodução da família e do sistema de atividades familiar. Medido pelo custo de oportunidade do emprego doméstico na região.

Há relações de sinergia ou de complementaridade relativas à utilização dos recursos. É importante que se revelem a coerência e a complexidade internas a cada um dos principais sistemas de atividades, evitando-se simplificações quanto à lógica do seu funcionamento e a sua razão de ser. Portanto, é necessário que se conheça cada subsistema: de cultura, criação, beneficiamento, quintal, atividades não-agrícolas, extrativismo e trabalho doméstico. Essas atividades se combinam e se integram, segundo o modo como a família realiza a sua gestão.

É preciso relacionar o conjunto de aspectos com o potencial ecológico de cada área, com as formas de ocupação da terra (propriedade, arrendamento, posse mais ou menos precária, assentamento), com a legislação vigente (legislação ambiental, condições impostas aos assentados) e com as condições do entorno (vias de transporte e de comunicação, distância dos mercados e dos serviços públicos, acesso aos insumos ou aos mercados, disponibilidade e custo da mão-de-obra). A análise criteriosa do sistema de atividades somente se torna possível após um estudo aprofundado de cada subsistema que o compõe. Um dos objetivos desse estudo é explicar os fundamentos agronômicos que orientam as decisões dos agricultores, quanto à combinação e à rotação de culturas e criações. Além desses, deve-se identificar aqueles que advêm das relações geracionais e de gênero e que igualmente interferem nessas decisões.

Uma mesma cultura pode ser praticada em várias parcelas, que apresentam características semelhantes. Por exemplo, o milho no quintal, é diferente do milho consorciado com feijão, em outra parcela da roça. São dois subsistemas diferentes. Se as condições de produção e os itinerários técnicos forem semelhantes considera-se um mesmo subsistema. Se houver procedimentos e racionalidades de produção diferentes, trata-se de dois subsistemas, a exemplo da mandioca plantada no quintal, para o autoconsumo da família (macaxeira) e a mandioca plantada em outra parcela, para a produção de farinha. É preciso, pois, ter rigor ao distinguir os diferentes subsistemas.

Recomenda-se conhecer a história do estabelecimento, do sistema de atividades e da família, sua trajetória de acumulação, sua evolução recente, a participação dos avós e pais nas ocupações agrícolas, não-agrícolas e no trabalho doméstico. Isso permite:

- ✓ saber se o sistema de atividades e as decisões da família levaram à formação do patrimônio ou à sua diminuição;
- ✓ identificar os eventos que favoreceram à formação do patrimônio (herança, subsídios, altas expressivas de preços) ou à sua redução (partilha, frustrações de safra, morte e doença na família) e as conseqüentes modificações nos sistemas de atividades;
- ✓ verificar se o sistema de atividades é realmente representativo da categoria social que se quer estudar.

Deve-se investigar os recursos disponíveis no sistema de atividades:

- ✓ a quantidade de mão-de-obra disponível, sua origem (familiar ou assalariada) e seus conhecimentos, a divisão de trabalho adotada, as relações de autoridade;
- ✓ as áreas cultivadas ou exploradas, as formas de ocupação dessas áreas (propriedade, posse, arrendamento, áreas coletivas), suas características (relevo, solos, disponibilidade de água), seu uso atual (cultivos, pastagens, mata, plantações perenes) e as eventuais restrições de uso impostas pela legislação ou pelas relações sociais;
- ✓ os outros meios de produção disponíveis, como o capital fixo imobilizado – equipamentos, instalações, rebanhos, identificando as formas de acesso ou aquisição dos bens (alugados, coletivos, próprios), seu estado (anos de uso, estado de conservação, seu preço);
- ✓ os créditos ou os subsídios aos quais a família pode ter acesso.

2.6.3 Apresentação do conceito de Unidade de Trabalho Familiar – UTF e suas especificidades: masculina, feminina, infantil, adulta, idosa

A pesquisa revelou uma diversidade de formas de vida e de trabalho entre as várias famílias assentadas e, em todos os espaços investigados, verificou-se a presença marcante da mulher. As diferentes estratégias construídas pelas

famílias estão voltadas para a manutenção da unidade familiar. Todos os arranjos internos à família apóiam-se na presença da mulher e não poderia ser diferente, pelas próprias características da organização produtiva, cuja reprodução depende da articulação interna de seus membros.

Assim, a articulação dos membros da família (homens, mulheres, idosos, jovens e crianças) na organização do trabalho é o que viabiliza a exploração agrícola familiar. Percebem-se também diferentes formas de distribuição do trabalho familiar no conjunto de atividades agrícolas, não-agrícolas e no espaço doméstico, as quais variam segundo as necessidades de reprodução e permanência das famílias no estabelecimento agrícola e conforme a idade de seus membros. Por exemplo, entre os casais mais velhos, a mulher tende a executar as atividades domésticas quase que exclusivamente. Entre os casais mais jovens, já se percebe uma leve tendência à repartição das atividades domésticas, entre homens e mulheres.

Na unidade agrícola familiar, não é possível separar o trabalho produtivo e o trabalho reprodutivo. Este se realiza em estreita conexão entre os espaços público e privado. Os papéis de gênero estão bem definidos e a aceitação desses papéis é plenamente incorporada e explicitada pelas mulheres, como diferenças baseadas nas capacidades naturais do sexo. A mulher realiza, assumidamente, uma dupla função, mas, apesar de definidos, seus papéis são flexíveis, do ponto de vista do tempo e espaço, compatibilizando-se plenamente às necessidades da produção da família.

O Subsistema Trabalho Doméstico, por exemplo, é interdependente do Subsistema Quintal e, igualmente neste, a família obtém renda não-monetária, destinada ao autoconsumo, tão peculiar à agricultura familiar. Em ambos os subsistemas, cabe a estimação da renda. No autoconsumo, a família consome o que foi produzido internamente, abstendo-se de comprar bens agrícolas no mercado. O trabalho doméstico transversaliza todas as atividades da família.

Mesmo quando a mulher não trabalha fora de casa, ela produz renda e contribui economicamente, realizando o trabalho doméstico não remunerado e transformando os recursos da família, através do seu esforço, em um meio de reprodução da família. De acordo com Woortmann (1987; 1990), a divisão social do trabalho no grupo doméstico atribui ao homem o papel de provedor e à mulher (esposa/mãe) o de prestadora de serviços. No seu entendimento, as atividades das mulheres não são menos econômicas que as de seus maridos, uma vez que, com os recursos disponíveis, elas produzem bens e serviços para os membros da unidade doméstica. Mesmo não sendo remunerado, o trabalho doméstico gera renda, na medida em que a unidade doméstica não se reproduziria apenas com o trabalho (produtivo) do marido.

O trabalho doméstico, compreendido na metodologia Análise-diagnóstico dos Sistemas de Atividades sob o enfoque de Gênero e Gerações, é caracterizado como trabalho produtivo e não mais como trabalho acessório, atribuído exclusivamente às mulheres; é identificado no delineamento da tipologia dos sistemas de atividades, segundo gênero e idade/geração¹². A pergunta, no início da pesquisa, era a seguinte: como calcular o valor do trabalho doméstico?

No trabalho doméstico é a própria família que executa os serviços, abstendo-se de contratar esse serviço no mercado, cuja estimativa é determinada pelo valor do emprego doméstico na região.

O *Levantamento de Unidade de Trabalho Familiar (UTF) por subsistema do sistema de atividades* é um instrumento metodológico fundamental para a continuidade das etapas do método. Dele obtém-se o tempo de trabalho de cada Unidade de Trabalho Familiar – UTF (os membros da família que efetivamente trabalham), em cada atividade ou subsistema de atividades, representado em números decimais, sendo que o número decimal corresponde a um valor percentual do tempo de trabalho da UTF, despendido em cada subsistema. A soma das UTFs parciais por subsistema será igual a 1 ou 100%, correspondente ao tempo integral dedicado às atividades agrícolas, às não-agrícolas ou ao trabalho doméstico. Assim, a Unidade de Trabalho Familiar – UTF compreende a força de trabalho disponível na família, devendo-se considerar que nem sempre as UTFs coincidem com o número de membros da família.

O tempo da UTF em cada atividade determina a renda que cada UTF gera para o sistema de atividades e para cada subsistema. A estimativa desse tempo deve ser mais próxima da realidade da família representativa do tipo específico da categoria social, pois dela dependerão os demais cálculos. Trata-se da idéia de se obter um real valor-trabalho, baseado no tempo efetivamente gasto por cada família nas atividades produtivas, incluindo o trabalho doméstico.

Nesse momento, observa-se o tempo efetivamente trabalhado pelas mulheres nas atividades produtivas. Estimar esse tempo é fundamental para, mais adiante, obter-se a renda que as mulheres geram na família.

Como se estima a UTF em cada atividade, até a soma da UTF total do sistema?

¹² Embora concorde com o caráter econômico do trabalho doméstico, Paulillo (2004) chama a atenção para sua importância na reprodução das novas gerações, cuja responsabilidade recai quase que exclusivamente sobre as mulheres, ressaltando que o tipo de reciprocidade, que se estabelece entre pais e filhos por sua dedicação, dá-se mais em termos de futuro, tratando-se de uma retribuição de natureza incerta. E mais, por arcar com a maior parte dos ônus da reprodução, as mulheres, em geral, abdicam de sua realização pessoal e profissional (PAULILLO, 2004, p. 244).

O objetivo aqui é calcular o tempo de trabalho de cada membro nas diversas atividades. Perguntando-se à (ao) entrevistada(o), agricultora ou agricultor, dificilmente estes saberão informar quantos dias ou meses no ano, cada UTF da família trabalhou nas diferentes atividades (subsistemas).

A experiência indica que a observação sistemática pelo(a) entrevistador(a), em relação ao tempo despendido pelo(a) agricultor(a) em cada atividade, exigiria uma permanência constante do(a) pesquisador(a) na comunidade, o que se torna difícil em pesquisas rápidas. Como superar tal limitação ou como se estimar esse tempo? Lançando-se mão da técnica de grãos (milho ou feijão), pergunta-se aos membros da família, ou seja, àqueles que realmente trabalham no sistema de atividades/produção, quanto tempo de trabalho, em um ano, cada membro dedica-se a cada um dos subsistemas. O entrevistado ou entrevistada distribui os 20 grãos entre os subsistemas, o que permite que se estime uma proporção, a partir da quantidade de grãos colocada em cada subsistema, totalizando 20 grãos. Assim, obtém-se um percentual que deve ser convertido em número decimal, conforme tabela 1.

A experiência tem demonstrado, nas várias oficinas de capacitação com o Método, que essa simples técnica de mensuração e representação do tempo despendido por aqueles que trabalham no sistema de atividades aproxima-se, com mais precisão, do tempo efetivamente trabalhado pelos membros da família (UTF). Outra técnica pode, evidentemente, ser utilizada.

Por que 20 grãos? E não mais ou menos? Cada grão corresponde a 5% (ou 0,05) do tempo gasto pela UTF, no conjunto das atividades ao longo do ano. Caso se utilizasse um total de 10 grãos, cada unidade corresponderia a 10% (ou 0,1) do tempo total. Isso implicaria perder importantes detalhes da distribuição do tempo de trabalho, considerando-se que os membros da família dedicam-se muito pouco tempo a certas atividades, provavelmente menos de 10% do seu tempo de trabalho.

E por que não 40 grãos? Nesse caso, cada grão corresponderia a 2,5% (ou 0,025) do tempo de trabalho total. Esse nível de detalhamento poderia ser considerado desprezível, uma vez que representaria um tempo insignificante frente ao tempo total de trabalho de cada UTF. Além disso, seria mais demorado, nos levantamentos rápidos, realizar a soma de cada grão para se ter uma soma do tempo de trabalho de cada UTF em cada atividade. Ademais, isso poderia confundir o(a) entrevistado(a) no cálculo instantâneo que ele(ela) realiza ao distribuir os grãos nas atividades (subsistemas).

Nos cursos-oficinas de capacitação, convencionou-se utilizar 20 grãos, de milho ou de feijão. É preciso salientar que utilizar 20, 40 ou 50 grãos depende da diversidade do sistema de atividades. A maior quantidade de grãos fornece

uma maior precisão estatística, quando houver um sistema de atividades bem diversificado, com vários subsistemas.

Tabela 1

Levantamento de Unidade de Trabalho Familiar (UTF) por subsistema do sistema de atividades Tipo: Família pluriativa (comércio e diarista). Assentamento José Ribamar, Município de Nossa Senhora da Glória, estado de Sergipe, em 2006.

Subsistema	UTF Mulher	UTF Homem	UTF Filho 1	UTF Filho 2	UTF Filha	UTF por subsistema
1. Quintal: galinha horta, fruta e palma	0,15	0,05	0,05	0,05	0,2	0,5
2. Bovinocultura de leite	0,05	0,3	0,45	0,5		1,3
3. Consórcio Milho x feijão	0,15	0,3	0,15	0,15		0,75
4. Suínos	0,15	0,1	0,15	0,15		0,55
5. Ovinos	0,1	0,2	0,15	0,15		0,6
6. Diaristas		0,05	0,05			0,1
7. Comércio	0,25				0,3	0,55
8. Trabalho doméstico	0,15				0,5	0,65
Total	1	1	1	1	1	5

Fonte: pesquisa de campo, 2006

Nota: A soma do tempo despendido em cada subsistema por cada UTF tem que ser igual a 1 (unidade)

2.6.4 Definição da tipologia de categorias sociais de famílias e sistemas de atividades

Não há uma tipologia padrão, válida para qualquer situação. É a realidade estudada que evidencia quais são os critérios mais pertinentes para agrupar as famílias. Não há uma fronteira rígida entre cada tipo de família. As famílias estão sempre em evolução e podem mudar seus sistemas de atividades e passar de uma categoria social para outra, com uma tendência à melhoria de suas condições de reprodução e ampliação do patrimônio ou de sua precarização social.

Vale destacar que, se as oportunidades de trabalho existentes fora da propriedade oferecerem uma melhor remuneração do que a auferida na produção agrícola, a tendência será de êxodo. Se a renda agrícola for superior à que poderia ser obtida fora da propriedade, membros da família tenderão a se manter na atividade agrícola e acumular algum recurso. Essa combinação de atividades agrícolas e não-agrícolas, dentro e fora da unidade familiar, vem caracterizar a pluriatividade e o tipo de sistema de atividades. Trata-se do custo de oportunidade.

Assim como as famílias, os sistemas de atividades podem ser agrupados e diferenciados, conforme se combinam os recursos disponíveis e as atividades

para se obterem diferentes rendimentos. Um mesmo tipo de família pode adotar sistemas de atividades diferentes. No quadro seguinte, tem-se um exemplo de uma tipologia de categoria social de famílias, sistemas de atividades e composição do trabalho familiar, segundo gênero e geração, identificada no Assentamento José Ribamar, município de Nossa Senhora da Glória, Alto Sertão Sergipano.

Do ponto de vista da definição da composição do trabalho familiar, segundo gênero e gerações, é necessário estabelecer alguns critérios, decorrentes das possíveis condições do homem e da mulher no trabalho produtivo e reprodutivo da família. A seguir, têm-se as condições, bem como exemplos de combinação dessas condições na divisão familiar do trabalho entre homens e mulheres. Não é uma combinação taxativa ou exclusiva, pois outras condições e combinações podem ser encontradas na realidade dos vários casos estudados. Por exemplo, nos três cursos-oficinas, não se identificou nenhum caso em que a mulher não fosse doméstica, combinando-se ou não a outras atividades. Vale lembrar que as hipóteses de tipos surgem da realidade, quando se define a pré-tipologia.

- Condição da mulher
 - ✓ Mulher doméstica
 - ✓ Mulher doméstica com atividade agrícola
 - ✓ Mulher doméstica com atividade não-agrícola
 - ✓ Mulher doméstica com atividade agrícola e não-agrícola (mulher pluriativa)
 - ✓ Mulher doméstica com outras rendas (transferências governamentais: aposentadorias, pensões, bolsa-família)
 - ✓ Mulher doméstica com atividade agrícola ou não-agrícola, chefe de família (não há o companheiro)

- Condição do homem
 - ✓ Homem com atividade agrícola
 - ✓ Homem com atividade não-agrícola
 - ✓ Homem com atividade agrícola e não-agrícola
 - ✓ Homem doméstico com atividade agrícola
 - ✓ Homem doméstico com atividade agrícola e não-agrícola (homem pluriativo)

- ✓ Homem doméstico com atividade não-agrícola
- ✓ Homem doméstico com outras rendas (transferências governamentais: aposentadorias, pensões, bolsa-família).

Critério de definição das classes de idade/geração – faixas etárias para agrupamento

- ✓ Até 14 anos de idade
- ✓ De 15 a 59 anos de idade
- ✓ Maiores de 59 anos de idade

Quadro 3

Exemplo de combinações de famílias, segundo gênero e idade/geração, na organização do trabalho no sistema de atividades

Condição	Outros membros da família	N de membros da família	UTF
Mulher doméstica (50 anos) x Homem com atividade agrícola (53 anos)	- filho com atividade agrícola e não-agrícola (25 anos) - filha doméstica com atividade não-agrícola (27 anos)	4	4
Mulher doméstica com atividade não-agrícola (30 anos) x Homem doméstico com atividade agrícola e não-agrícola (33 anos)	- idoso (homem) doméstico com outras rendas (75 anos) - 2 filhas (5 e 7 anos)	5	2

Quadro 4

Tipos de sistemas de atividades, categorias sociais de famílias produtoras e composição do trabalho familiar, segundo gênero e geração, no Assentamento José Ribamar, Município Nossa Senhora da Glória, estado de Sergipe, em 2006.

Categoria social de famílias produtoras	Sistema de atividades	Composição do trabalho familiar segundo gênero e geração
Família agrícola com beneficiamento de queijo	1. Consórcio milho x feijão 2. Gado de leite 3. Ovinos 4. Fábrica de queijo 5. Suínos 6. Quintal 7. Palma 8. Trabalho doméstico (8 subsistemas)	Homem doméstico e agrícola (25 anos) 1 UTF
Família pluriativa com comércio e diarista	1. Gado de leite 2. Consórcio milho x feijão 3. Ovinos 4. Suínos 5. Quintal 6. Diarista agrícola 7. Comércio 8. Trabalho doméstico (8 subsistemas)	Mulher pluriativa (48 anos) Homem agrícola (49 anos) Filha doméstica e agrícola (29 anos) 3 UTF
Família agrícola com aposentadoria e diarista agrícola	1. Gado de leite 2. Milho 3. Quintal 4. Feijão 5. Ovinos 6. Palma 7. Diarista agrícola 8. Trabalho doméstico (8 subsistemas)	Mulher doméstica e agrícola (35 anos) Homem agrícola (40 anos) 2 UTF
Família pluriativa (funcionário público e motorista)	1. Gado de leite 2. Ovinos 3. Quintal 4. Palma 5. Extrativismo (caatinga) 6. Motorista 7. Professora 8. Trabalho doméstico (8 subsistemas)	Mulher doméstica e pluriativa (40 anos) Homem agrícola (53 anos) 5 UTF
Família agrícola com bolsa família	1. Gado de leite 2. Consórcio milho x feijão 3. Quintal 4. Trabalho doméstico (4 subsistemas)	Mulher doméstica e agrícola (39 anos) Homem agrícola (48 anos) Filhos: 1 com 19 anos e outro com 24 anos 4 UTF

Família agrícola	1. Gado de leite 2. Consórcio milho x feijão 3. Quintal: palma, aves, suínos, ervas, hortaliças e frutas 4. Trabalho doméstico (4 subsistemas)	Mulher doméstica e agrícola (29 anos) Homem agrícola (34 anos) Filhos: 1 com 12 anos e 1 com 5 anos 2 UTF
Família agrícola com diarista	1. Gado de leite 2. Consórcio milho x feijão 3. Quintal (palma) 4. Ovelhas 5. Diarista 6. Trabalho doméstico (6 subsistemas)	Mulher doméstica e agrícola (46 anos) Homem agrícola (43 anos) 2 UTF
Família agrícola com diarista e aposentadoria	1. Gado de leite 2. Ovinos 3. Quintal 4. Diarista 5. Trabalho doméstico (5 subsistemas)	Mulher doméstica e agrícola (60 anos) Homem agrícola (65 anos) - aposentado 2 UTF
Família agrícola com aposentadoria e bolsa família	1. Gado de leite 2. Ovinos 3. Quintal 4. Trabalho doméstico (4 subsistemas)	Mulher doméstica e agrícola Homem agrícola 2 UTF
Família agrícola com diarista e bolsa-família	1. Gado de leite 2. Consórcio milho x feijão 3. Quintal 4. Diarista agrícola 5. Trabalho doméstico (5 subsistemas)	Mulher doméstica e agrícola (45 anos) Homem agrícola (45 anos) Filhos: 1 filho agrícola (17 anos) e 1 filha doméstica e agrícola (16 anos) 4 UTF
Família pluriativa com comércio	1. Gado de leite 2. Ovinos 3. Consórcio milho x feijão 4. Quintal 5. Vendedor de amendoim 6. Trabalho doméstico (6 subsistemas)	Mulher doméstica pluriativa (48 anos) Homem agrícola (47 anos) Filho agrícola (17 anos) Filha doméstica e agrícola (16 anos) 4 UTF
Família pluriativa com bolsa família	1. Gado de leite 2. Consórcio milho x feijão 3. Quintal: galinhas, palma, hortaliças 4. Abóbora/melancia/fava 5. Ovinos 6. Bordadeira 7. Trabalho doméstico (7 subsistemas)	Mulher doméstica pluriativa (52 anos) Homem agrícola (55 anos) 4 UTF
Família pluriativa com comércio, diarista e bolsa família	1. Gado de leite 2. Consórcio milho x feijão 3. Quintal: galinhas, palma 4. Ovinos 5. Suínos 6. Diarista agrícola 7. Comércio Mercadinho 8. Trabalho doméstico (8 subsistemas)	Mulher doméstica pluriativa (44 anos) Homem pluriativo (46 anos) Filha pluriativa (17 anos) 3 UTF
Família pluriativa com funcionário público	1. Gado de leite 2. Quintal: palma, batata doce, macaxeira e horta 3. Ovinos 4. Professora alfabetizada 5. Trabalho doméstico (5 subsistemas)	Mulher doméstica e pluriativa (40 anos) Homem agrícola (53 anos) 2 UTF

Fonte: pesquisa de campo, 2006

2.7 ANÁLISE AGRONÔMICA E MICROECONÔMICA DOS SISTEMAS DE ATIVIDADES

2.7.1 A integração dos subsistemas de atividades: a reprodução da fertilidade e os fluxos de produtos e de subprodutos

Essa etapa consiste em identificar as estratégias adotadas para garantir a reprodução da fertilidade de cada subsistema, para que se possa avaliá-lo tecnicamente. Observa-se como cada um dos subsistemas combina-se entre si e contribui para a fertilidade dos solos. O sistema milho-feijão-mandioca tem um fundamento agronômico, baseado na reprodução da fertilidade. O pousio (capoeira) serve para recompor a fertilidade do solo a custo praticamente zero¹³.

É importante observar as relações entre os diferentes subsistemas. As relações de sinergia ou concorrência entre as diversas atividades associadas do sistema de atividades e a distribuição dos recursos entre elas devem ser analisadas. Sem essa análise, não é possível explicar o rendimento familiar, propor mudanças no itinerário técnico, fomentar a produção dos próprios insumos.

Observa-se uma estreita relação entre o Subsistema Quintal e o Trabalho Doméstico. São interdependentes e, em geral, desenvolvidos pela mulher. São as mulheres que trabalham neles, executando conjuntamente atividades de plantio e limpeza do quintal, com as atividades domésticas.

Os quintais tendem a apresentar uma composição diversificada, numa perspectiva mais agroecológica, sendo uma extensão, área contígua ou próxima da residência. Sua produção é destinada predominantemente ao autoconsumo, podendo a família vender algum excedente. Em vários estudos realizados, o quintal tem-se apresentado, na maioria dos casos, como o subsistema mais eficiente, gerando uma renda mais elevada por unidade de área (R/Sa), ocupando menos espaço, menos área nos estabelecimentos.

Todo subsistema cuja produção também se destina ao autoconsumo alimentar da família, relaciona-se diretamente com o Subsistema Trabalho Doméstico, no qual há fluxos de produtos, caracterizando uma das funções da agricultura familiar, que é a garantia do abastecimento alimentar dos próprios agricultores e de sua família. Conforme já referido, o trabalho doméstico se caracteriza pela produção de bens e serviços não destinados à venda, mas ao consumo familiar (autoconsumo). Realiza-se no interior da família e não é assalariado. Seu objetivo é a obtenção de recursos para a reprodução da força de trabalho e existe uma relativa liberdade durante o processo de trabalho. O

¹³ Isso acontece através do corte e da queima. Nem sempre o resultado desses sistemas tradicionais de corte e queima é positivo, sobretudo quando a concentração da população aumenta ou quando as áreas disponíveis para o plantio se reduzem e os produtores são forçados a reduzir o tempo de pousio (apenas um ou dois anos). A terra e a própria vegetação perdem, progressivamente, o seu vigor inicial, levando a uma redução gradual da fertilidade ou até a um colapso do sistema tradicional de cultivo GARCIA FILHO (s.d).

trabalho doméstico não se enquadra nos parâmetros da ciência produtivista e mercantil e da sociedade urbano-industrial.

No exemplo da Figura 5, observam-se as interrelações entre os subsistemas do sistema de atividades de uma *família pluriativa com comércio e diarista*. Para o subsistema Trabalho Doméstico, convergem vários insumos e produtos alimentícios destinados ao autoconsumo da família.

Alguns instrumentos são utilizados para compreender essas relações:

- ✓ O calendário de trabalho dos diferentes subsistemas, permitindo observar a distribuição da mão-de-obra masculina e feminina durante o ano, os eventuais pontos críticos (momentos de pior trabalho ou de menor disponibilidade de mão-de-obra) e os potenciais que podem ser mobilizados;
- ✓ Os fluxos monetários (despesas e receitas) verificados durante o ano, que também podem revelar os momentos críticos;
- ✓ O calendário de utilização dos equipamentos (trator, implementos, irrigação).

Não se pode esquecer as atividades complementares, como buscar água para a família, pegar lenha, "fazer a feira", entre outras.

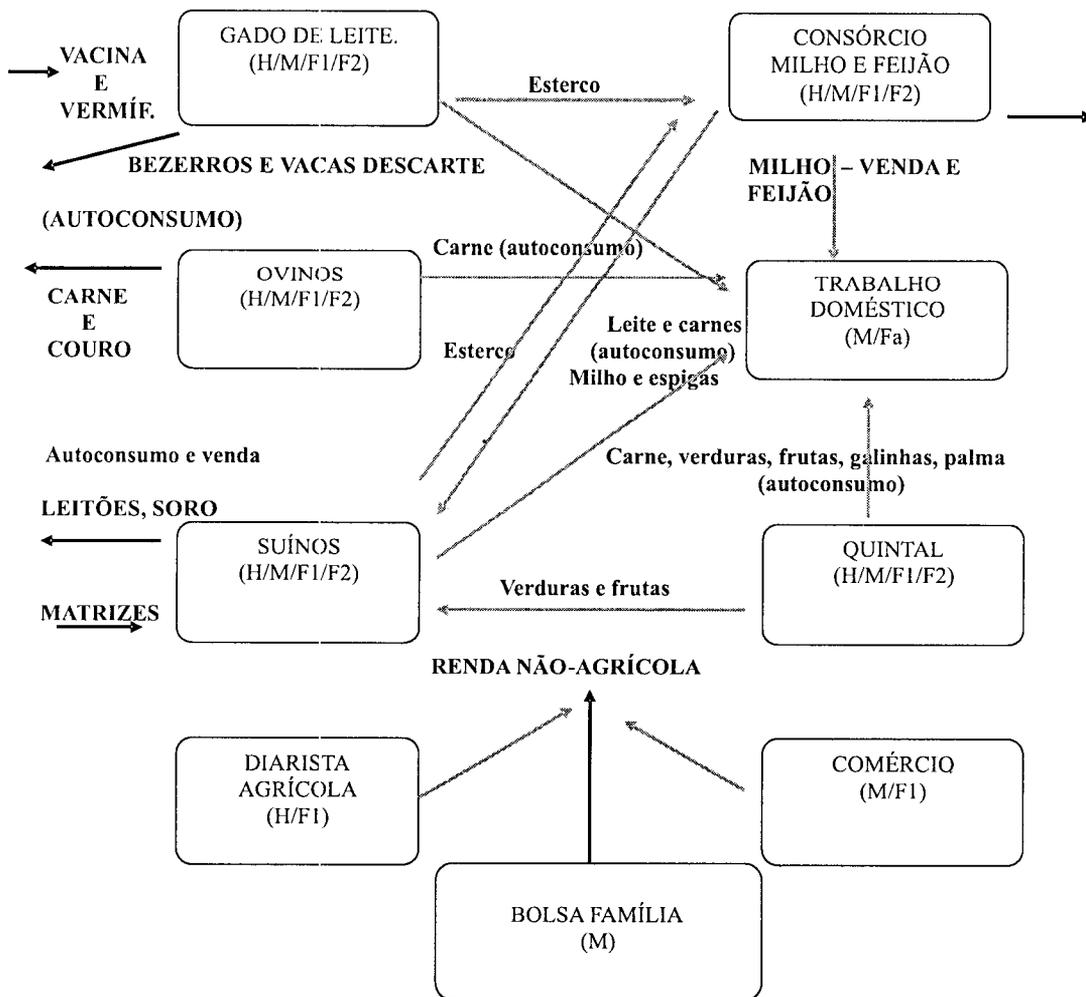
Para caracterizar as relações entre os subsistemas, são necessárias as seguintes informações:

- ✓ a finalidade da operação e as operações anteriores e posteriores;
- ✓ o período de realização e o número de vezes em que a operação é repetida num mesmo ciclo de cultura;
- ✓ as datas de ocorrência, como o prazo cumprido pela família e o prazo permitido pelas condições agroecológicas regionais;
- ✓ a mão-de-obra necessária – número de dias, número de pessoas, tipo de mão-de-obra utilizada (familiar, assalariada permanente, diarista, parceiro) e as pessoas da família que participam (mulheres, jovens e idosos);
- ✓ o custo da mão-de-obra assalariada ou diarista, a variação desse custo durante o ano e facilidade para consegui-la;
- ✓ os instrumentos utilizados (ferramentas, equipamentos e infraestrutura), sua origem (próprios, alugados, emprestados) e, se não forem próprios, a facilidade para obtê-los na região;
- ✓ o valor dos equipamentos próprios ou emprestados (quanto custam atualmente) e o custo do aluguel dos equipamentos contratados;
- ✓ os insumos necessários, biológicos (sementes, matéria orgânica, animais) ou não (insumos químicos, peças), com as suas

respectivas quantidades, qualidades (potencial genético, adaptabilidade ao ecossistema), origens (próprios, comprados ou cedidos) e custos;

- ✓ as produções obtidas (com os subprodutos), o destino dessas produções (comercialização, autoconsumo, consumo intermediário de outro subsistema, semente para a próxima safra), os canais de comercialização, as técnicas de processamento e de armazenagem e o preço dos produtos.

Figura 5
Integração dos subsistemas de um sistema de atividades de uma Família pluriativa com comércio e diarista no Assentamento José Ribamar, município de Nossa Senhora da Glória, estado de Sergipe, em 2006.



Fonte: pesquisa de campo, 2006

Nota: H – Homem; M – Mulher; F1 – Filho 1; F2: Filho 2; Fa – Filha

2.7.2 O itinerário técnico

O itinerário técnico é uma sucessão lógica e ordenada de operações culturais aplicadas a uma espécie, a um consórcio de espécies ou a uma sucessão de espécies vegetais cultivadas. O mesmo conceito pode ser aplicado a grupos de animais, às atividades não-agrícolas e ao trabalho doméstico.

O que deve ser observado?

- Nas produções vegetais dos subsistemas:
 - ✓ os 'consorciamentos' de cultura em uma mesma espécie;
 - ✓ as rotações de culturas (sucessão no tempo, de culturas diferentes);
 - ✓ o calendário de trabalho e os itinerários técnicos ou a sucessão de operações necessárias ao cultivo (preparo do solo, fertilização, plantio, tratos culturais, colheita), a sua cronologia, os recursos mobilizados e os problemas encontrados.

- Nas produções animais dos subsistemas:
 - ✓ as relações entre as criações e os subsistemas de cultivo (forrageiras, grãos para alimentação animal, restituição de esterco para cultivos agrícolas);
 - ✓ o calendário de trabalho e os itinerários técnicos (reprodução, melhoramento genético, alimentação, tratos sanitários, ordenha, venda), relativos a cada grupo de animais e sua cronologia, os recursos mobilizados e os problemas encontrados.

- Nas produções de transformação e beneficiamento:
 - ✓ as relações entre o processo de transformação e as produções vegetais e animais, como a transformação da cana-de-açúcar em cachaça ou rapadura no engenho próprio, de terceiros, ou comunitário, beneficiamento da mandioca em farinha na casa de farinha comunitária, transformação do dendê em óleo através do rodão, do sisal em fibra verde através do motor de sisal, secagem do cacau em secadores ou barcaças, o leite transformado em queijo, período de manutenção dos equipamentos, estratégias de comercialização;

- Nas produções do quintal:
 - ✓ as relações entre pequenas criações (galinhas, porcos) e as plantações;
 - ✓ calendário de trabalho e os itinerários técnicos (plantio, adubação, colheita, limpeza, cuidado com os animais);
 - ✓ a relação entre o quintal e as atividades domésticas.

- A coleta decorrente do extrativismo:
 - ✓ a quantidade de produtos vegetais, animais ou minerais coletados na natureza, a frequência da extração, a estratégia e o período de comercialização, a importância do extrativismo no autoconsumo da família, as operações necessárias à extração dos produtos;

- As operações nas atividades não-agrícolas:
 - ✓ As relações de interdependência entre os subsistemas, entre a produção ou extração de matéria-prima e as atividades não-agrícolas (por exemplo, artesanato em cerâmica, extraíndo-se barro de uma área coletiva).
 - ✓ As operações para a realização das atividades, por exemplo, aulas dadas, planejamento de aulas, férias, como operações de uma professora municipal e agricultora, ou manutenção do trator para o tratorista por conta própria.

- As operações das atividades domésticas:
 - ✓ consistem nas tarefas realizadas no espaço doméstico (cozinhar, limpar a casa, alimentar os filhos, lavar as roupas, entre outras), que ocorrem durante todo o ano.

A seguir, apresenta-se o instrumento metodológico com que se elabora o itinerário técnico em cada subsistema de atividades, utilizando-o num caso concreto.

Quadro 5

Itinerário técnico de uma Família pluriativa com comércio e diarista, no Assentamento José Ribamar, município de Nossa Senhora da Glória, estado de Sergipe, em 2006.

Subsistema	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ
Gado de leite	Manejo (H/M/F1/F2) Vermifugação (H) Vacinação (H) Vermifugação (H) Vacinação (H)											
Ovinos	Manejo (H/M/F1/F2) = todos os meses Vermifugação (H) Vacinação (H)											
Suínos	Manejo (H/M/F1/F2) = todos os meses Vermifugação (H) Vacinação (H)											
Consórcio Milho x feijão					Preparo do solo	Preparo do solo	plântio		Colheita milho	Colheita feijão		
									Venda			
									Beneficiamento – agosto a novembro (H/M/F1/F2)			
Quintal c/ horta, galinhas, palma e frutas	Manejo galinhas – todos os meses (M/Fa)				Plantio palma (H/M/F1/F2) Manejo galinhas – todos os meses (M/Fa) Colheita horta (M/Fa) Colheita da palma (H/F1/F2)			Colheita horta (M/Fa)		Colheita da palma (H/F1/F2)		Colheita da palma (H/F1/F2)
Diarista agrícola	Trabalho em terras de terceiros (H/F1)											
Comércio	Compra e venda – todos os meses (M/F1)											
Trabalho doméstico	Todos os meses (M/Fa)											

Fonte: pesquisa de campo, 2006

Nota: a) Etapas do processo produtivo: 1. Roçagem; 2. Adubação; 3. Plantio; 4. Limpeza; 5. Poda e rebaixamento; 6. Vacinação/vermifugação; 7. Colheita; 8. Beneficiamento (transformação); 9. Atividades domésticas (limpeza de casa, cozinha, assistência aos filhos, compras domésticas); b) H – Homem; M – Mulher; F1 – Filho 1; F2: Filho 2; Fa – Filha

2.7.3 Avaliação econômica dos sistemas de atividades

2.7.3.1 O rendimento agrícola

A análise econômica dos sistemas de atividades é essencial para o diagnóstico a fim de:

- ✓ avaliar o potencial de aumento da renda e da formação do patrimônio de cada categoria social de família, confirmando ou negando a "pré-tipologia" elaborada anteriormente;
- ✓ estudar, com mais profundidade, as relações sociais, de gênero, de idades/geração, que caracterizam cada sistema de atividades e o sistema agrário como um todo;
- ✓ conhecer os fundamentos econômicos das associações de atividades e das práticas agrícolas e não-agrícolas adotadas pelas famílias.

O resultado da produção agrícola pode ser medido pelo **produto bruto (PB)**, que corresponde ao valor total do que é produzido, seja para venda, seja para o consumo da família. O produto bruto pode ser extenso: produtos das culturas, dos pomares, das hortas, das criações e do extrativismo, lenha. O produto bruto é calculado pela multiplicação das quantidades produzidas em cada subsistema, pelo respectivo preço médio anual de mercado dos bens agrícolas comercializados ou consumidos pela família.

A família produtora consome bens que são transformados no processo, como adubos, óleo diesel, sementes, agrotóxicos, ração e medicamentos para animais. A família poderá consumir peças de reposição, lubrificantes, pneus. Esses bens são denominados de **consumo intermediário (CI)**. Incluem-se também os custos de aluguel de equipamentos ou de contratação de serviços.

A família também utiliza o capital fixo de que dispõe, em parte ou totalmente, como máquinas, implementos, meios de transporte, equipamentos para processamento de produtos (tritador, debulhadeira) instalações (galpão, estábulo, cercas, reservas de água, açudes), equipamentos de irrigação, como ordenhadeira, animais de tração. Esses bens são parcialmente transformados, pois sofrem desgaste e perdem valor anualmente. A **depreciação do capital fixo (D)** é considerada no cálculo.

Como se calcula a depreciação?

Como dispõe Dufumier (1996) e Garcia Filho (s.d.), é importante que se avalie a perda média real de valor sofrida pelo bem no sistema de atividades considerado. Não se trata de adotar normas e padrões técnicos do fabricante. Cultivar 5 hectares de milho anualmente provoca um desgaste no trator diferente do causado pelo uso desse trator em 40 hectares de feijão e milho. A depreciação de uma enxada de uma família pode ser diferente da depreciação de uma enxada de outra família. Tudo vai depender da intensidade do uso.

A depreciação de um bem novo é diferente da de equipamentos usados. A fórmula geral para o cálculo da depreciação é:

$$D = (Vi - Vf)/n$$

em que:

Vi é o valor de compra do bem (valor inicial);

Vf é o valor final do bem (valor de venda ou residual no final de sua vida útil)

N são os anos de utilização do bem no sistema de produção

✓ depreciação anual uniforme, durante toda a vida útil do bem:

$$D = (Vo - Vr)/n$$

em que:

Vo é o valor e compra do bem novo;

Vr é o valor residual do bem no final de sua vida útil

n são os anos de vida útil do bem

✓ depreciação anual uniforme de bem adquirido novo e vendido usado:

$$D = (Vo - Va)/a,$$

em que:

Vo é o valor de compra do bem novo;

Va é o valor residual do bem após "a" anos de uso

a são os anos de vida útil do bem

✓ depreciação anual uniforme de bem adquirido usado (com "a" anos de uso) e utilizado até o fim da sua vida útil.

$$D = (Va - Vr)/(n - a)$$

em que:

Va é o valor residual do bem "após" "a" anos uso

Vr é o valor residual do bem no final

n - a são os anos de uso do bem nesse estabelecimento

Há outros custos da produção, como **impostos (Imp)**, **juros (J)**, **salários (Sal)** e **arrendamento da terra (Rt)**. Acrescentam-se, não como custo de produção, mas como incremento de renda, os **subsídios (Sub)**.

Quando a família acrescenta trabalho aos insumos e ao capital fixo de que dispõe, ela gera novas riquezas, agregando valor a essas mercadorias. O **valor agregado (VA)** do sistema de atividades é igual ao valor do que se produz, menos o valor do que se consumiu, ou seja,

$$VA = PB - CI - D$$

Pode-se calcular o valor agregado por unidade de área = VA/Sa

Em que SA é a superfície agrícola utilizada

Calcula-se a Produtividade do trabalho: VA/UT (UT é a Unidade de Trabalho)

A parte do valor agregado que permanece com a família, após a dedução dos impostos, juros, salários e arrendamento da terra, adicionados os subsídios, é o **rendimento (renda) agrícola (RA)**.

$$RA = VA - Sal - Imp - J - Rt + Sub$$

O rendimento agrícola é a soma do rendimento agrícola monetário (o que é vendido) com o autoconsumo

$$RA = RM - \text{autoconsumo}$$

O autoconsumo dá importância ao abastecimento alimentar, proporcionado pela família no âmbito dos subsistemas agrícolas.

Para a agricultura familiar, é importante calcular o rendimento pelo número de trabalhadores familiares, pois é esse parâmetro que pode ser

comparado à remuneração das outras oportunidades de trabalho ao seu alcance. Calcula-se o rendimento agrícola por UTF (RA/UTF).

Os agricultores e agricultoras familiares, que geralmente têm pouca terra disponível, adotam sistemas de atividades que exigem muita força de trabalho, mas que permitem obter uma alta renda por unidade de área. Deve-se também calcular a renda agrícola por unidade de área (RA/SA).

O capitalista se interessa pelo cálculo da renda agrícola por unidade de capital investido (taxa de lucro).

$$TL = RA/K,$$

Em que:

TL = taxa de lucro

RA = renda agrícola

K = capital

Quais valores devem ser considerados? Pode-se realizar a coleta de dados com base no ano anterior, mas é preferível considerar um “ano normal” a situação mais freqüente. Quanto aos preços, considera-se, em períodos de estabilidade monetária, o preço normal (o mais comum) e médio, constatado pelo agricultor ou agricultora. Esses preços normais podem ser comparados com os piores e com os melhores obtidos pela família durante um período específico.

Cabe destacar se o sistema permite a produção de algum bem consumido pela família (alimentos, instrumentos domésticos, artesanato, lenha, materiais para construção ou para fabricação de objetos de uso da família, plantas medicinais), e se essa produção deve ser considerada no cálculo do produto bruto.

Para a família, o valor da riqueza assim produzida e consumida é igual ao valor que esses produtos teriam se fossem comprados no mercado local. Pelo preço de compra desses bens, deve-se valorar o autoconsumo.

O tempo gasto pela família para realizar as atividades não é considerado um custo de produção. E qual a remuneração da família? A remuneração do trabalho familiar é o excedente econômico e financeiro do sistema de atividades, que corresponde ao rendimento total (agrícola e não-agrícola).

Ainda nesse caso, considera-se o subsistema Quintal no cálculo do rendimento agrícola e o Subsistema Extrativismo no cálculo do rendimento de atividades extrativistas.

2.7.3.2 O rendimento não-agrícola

Para as suas decisões, a família (o homem ou a mulher ou os dois) compara a renda agrícola por trabalhador familiar com a renda de outras fontes potenciais (custo de oportunidade da força de trabalho) e com o mínimo necessário para a reprodução da família (patamar de reprodução simples).

Se a renda obtida na produção agrícola for superior ao custo de oportunidade da força de trabalho, isso indica que existe uma grande possibilidade de que a família esteja em condições de capitalizar-se. Caso contrário, ela pode ser levada a buscar outras fontes de renda fora da produção. Abaixo do patamar simples de reprodução, é provável que a família disponha de fontes externas de renda ou esteja na iminência de abandonar a produção agrícola em busca de outras ocupações. (GARCIA FILHO, s.d.)

Utiliza-se uma unidade comum para se permitir comparações entre os rendimentos dos diferentes sistemas de atividades. Se uma família possuir uma UTF e outra família possuir três UTF, não é possível comparar os rendimentos absolutos. As relações R/UTF (rendimento por trabalhador familiar) e SA/UTF (área por trabalhador familiar), numa representação gráfica, permitem essa comparação. Também será possível comparar o rendimento de cada sistema de atividades com o custo de oportunidade da força de trabalho e o patamar de reprodução simples.

O custo de oportunidade da força de trabalho e o patamar de reprodução simples variam de região para região, conforme o nível de remuneração da força de trabalho nos outros setores da economia, com o grau de mobilidade social das diferentes categorias sociais de famílias.

E quando se considera o rendimento (renda) não-agrícola?

Esse rendimento provém de atividades não-agrícolas, exercidas por membros da família, e de transferências governamentais (aposentadorias, pensões, bolsas-família) que a família recebe. Essas atividades não-agrícolas podem decorrer de trabalho assalariado, permanente ou eventual, ou por conta-própria.

Qual seria o nível de renda por trabalhador familiar para se proceder à comparação com o patamar de reprodução simples, em que se considera a cesta básica familiar ou regional, e com o patamar de reprodução ampliada, tendo, como parâmetro, o custo de oportunidade da força de trabalho?

Nesse caso, têm-se dois níveis de comparação: um somente com o rendimento agrícola, visando perceber se esse rendimento está sendo suficiente para a sobrevivência da família ou para ela aumentar seu patrimônio; outro

com o rendimento total, considerando o rendimento agrícola e não-agrícola, sem considerar o trabalho doméstico. A adição do rendimento não-agrícola permite observar o impacto das transferências governamentais nas estratégias de reprodução das famílias, por exemplo.

2.7.3.3 O trabalho doméstico e o rendimento oculto

E quando se considera o trabalho doméstico, que não é remunerado? Como estimá-lo?

Como calcular o valor do trabalho doméstico se ele, de fato, não é remunerado? Como valorar uma eventual renda, que não existe de fato, e que, no âmbito da família, não tem valor de troca, embora haja um valor de uso, pois o trabalho doméstico seria também um subsistema integrado aos demais subsistemas, no sistema de atividades familiar. Essa estimativa baseia-se no custo de oportunidade da força de trabalho doméstico na região onde está situado o assentamento, a comunidade rural. Quanto vale o emprego doméstico por mês, nas "casas de família" se uma pessoa (mulher ou homem, jovem ou idosa(o)) tivesse que se empregar na cidade mais próxima ou na região? Qual o salário regional para o emprego doméstico na região?

O salário considerado é o custo de oportunidade da força de trabalho doméstica, através do qual alguém estaria disposto a se empregar por uma remuneração específica, socialmente determinada na região. Esse valor varia em tempo e espaço e, em geral, não corresponde à integralidade dos direitos que todo trabalhador doméstico já conquistou constitucionalmente. Esse custo de oportunidade é denominado **rendimento oculto (RO)**.

Há uma dualidade na idéia do rendimento oculto, pois é uma renda que não existe de fato, já que os membros da família não recebem pelo trabalho incorporado; não é uma renda monetária. Considera-se que esta renda está omitida, pois há trabalho incorporado da família na realização das atividades domésticas. Em geral, são as mulheres agricultoras que mais tempo dedicam-se às atividades domésticas, em relação aos seus companheiros, realizando-as juntamente com as atividades dos quintais.

A centralização do trabalho doméstico pelas mulheres restringe sua participação em outros espaços de produção, realização e poder. O trabalho doméstico não assalariado, considerado não econômico, logo, improdutivo, começa a ser rediscutido sob outro enfoque. Como considerar o trabalho das mulheres no âmbito doméstico, se até mesmo o seu trabalho como assalariada ou como agricultora não é considerado trabalho e sim um complemento à

atividade do homem? Observe-se que a diária de uma trabalhadora no campo é sempre inferior à do homem, equivalendo à diária de uma criança.

2.7.3.4 A equação final do rendimento familiar

A equação final de rendimentos da família corresponde à soma do rendimento agrícola com o rendimento não-agrícola e o rendimento oculto. Este, de fato, não existe, pois não tem valor de troca, embora haja um trabalho familiar incorporado que interdepende das demais atividades (subsistemas) e pode ser medido pelo custo de oportunidade do emprego doméstico na região estudada. Vale lembrar que a família depende desse trabalho para a sua reprodução.

Rendimento familiar

$$RT = RA + RNA + RO$$

Em que:

RT = rendimento total

RA = rendimento agrícola

RNA = rendimento não-agrícola

RO = rendimento oculto (custo de oportunidade do emprego doméstico na região)

Rendimento agrícola

$$\begin{array}{c}
 \text{Despesas proporcionais dos subsistemas de atividades} \\
 \hline
 RA = [PB - Cl_p - D_p - Sal_p - Imp_p - J_p - Rt_p + Sub_p] \\
 \\
 - Cl_{np} - D_{np} - Sal_{np} - Imp_{np} - J_{np} - Rt_{np} + Sub_{np} \\
 \hline
 \text{Despesas não-proporcionais do sistema de atividades}
 \end{array}$$

Despesas proporcionais: gastos específicos e exclusivos de cada subsistema;

Despesas não-proporcionais: gastos comuns a todos os subsistemas, realizados em todo o sistema de atividades;

Cálculo anual: consideram-se os preços médios anuais

PB – produto bruto. Cálculo: preço x quantidade das produções

CI – consumo intermediário (insumos agrícolas consumidos no mesmo ano). Cálculo: preço x quantidade

D – depreciação (equipamentos e máquinas). Cálculo: valor do bem/ vida útil

Sal – salários (trabalhadores contratados). Cálculo: preço x quantidade

Imp – impostos (diretos)

J – juros (pagamento pelos empréstimos agrícolas)

Rt – renda da terra (arrendamento)

Sub – subsídios (recebimentos do Estado/Governo)

Nos quadros 6 e 7, tem-se um exemplo dos cálculos de rendimentos dos subsistemas e do sistema de atividades. Esses quadros são utilizados como instrumentos metodológicos para a sistematização dos dados de campo.

Quadro 6

Cálculo do rendimento dos subsistemas do Sistema de Atividades. Tipo: Família pluriativa com comércio e diarista, Assentamento José Ribamar, município Nossa Senhora da Glória, estado de Sergipe, em 2006

SUBSISTEMAS	DESPESAS PROPORCIONAIS A CADA SUBSISTEMA (Dp)													
	RA = PB - C _{Ip} - D _p - SAL _p - IMP _p - J _p - RT _p + SUB _p								RA/UTF	ÁREA (SA)	SA/UTF	RA/ SA		
	PB	C _{Ip}	D _p	SAL _p	IMP _p	J _p	RT _p	SUB _p	UTF	RA				
1. Quintal c/ horta, galinhas frutas e palma	418								0,5	418	836,00	0,6	1,2	696,67
2. Bovinocultura de leite	3098	1690	160						1,3	1248	960,00	6	4,61	208
3. Consórcio Milho/feijão	2300	240							0,75	2030	2.706,67	3	4	676,67
4. Suínos	100	10	20						0,55	70	127,27	0,1	0,18	700
5. Ovinos	300		60						0,6	240	400,00	2	3,33	120
6. Diarista agrícola (DA)	100								0,1	100	1.000,00			
7. Comércio	1200								0,55	1200	2.181,82			
8. Trabalho doméstico	200								0,65	2400	3.692,31			
Total									5			11,7	2,34	
DESPESAS NÃO PROPORCIONAIS (DESP_{np})														
DESP_{np} = C_{lnp} - D_{np} - SAL_{np} - IMP_{np} - J_{np} - RT_{np} - SUB_{np}														
			C _{lnp}	D _{np}	SAL _{np}	LMP _{np}	J _{np}	RT _{np}	SUB _{np}	UTF	DESP _{np}	DESP _{np} / UTF		
Sistema de Atividades				548					2400	5	1852	370,4		

Fonte: pesquisa de campo, 2006

Quadro 7

Cálculo do rendimento do Sistema de Atividades. Tipo: Família pluriativa com comércio, Assentamento José Ribamar, município Nossa Senhora da Glória, estado de Sergipe, 2006

	RA=RAP1+RAP2+RAP3+RAP4 + DA - Despn				
	RA = 418 + 1248 + 2030 + 70 + 240 + 100 - (+ 1852)				
Renda Agrícola Total do Sistema de Atividades	5.958				
				UTF agr	
Renda Agrícola por Unidade de Trabalho Familiar (RA/UTF)	1567	RA/UTF =	5958	3,8	1567
				SA	
Renda Agrícola Total por Superfície Agrícola (RA/SA)	509	RA/SA =	5958	11,7	509
Renda não Agrícola	1200				
				UTF nagr	
Renda não agrícola por UTF (RNA/UTF)	2.181,82	RNA/UTF =	1200	0,55	2.181,82
				UTF td	
Renda oculta (custo de oportunidade do trabalho doméstico (RO))	2.400	RO/UTF =	2400	0,65	3692,31
				UTF total – UTF td	
Renda total do sistema de atividades s/ a renda oculta (RT)	7.158	RT/UTF =	3.454	4,35	1.645
				UTF total	
Renda total do sistema atividades c/a renda oculta (RTO)	9.558	RTO/UTF =	5.854	5	1.911

Fonte: pesquisa de campo, 2006

2.7.4 O gráfico do sistema de atividades

Na comparação dos rendimentos dos subsistemas agrícolas, destaca-se que quanto maior for a área cultivada, maior será a produção agrícola. O produto bruto é diretamente proporcional à área destinada ao subsistema ou ao tamanho do rebanho. A maior parte dos custos de produção é também proporcional à área cultivada ou ao tamanho do rebanho: óleo diesel, horas-máquina, sementes, adubos, agrotóxicos, diárias para capina, gastos com a colheita (máquinas ou mão-de-obra); alimentação do gado, medicamentos, cercas dos piquetes, manutenção dos pastos e das cercas.

Citam-se outros custos proporcionais, como os canos de irrigação, os custos de confecção de estufas, os impostos e as taxas proporcionais ao valor do produto vendido, o arrendamento da terra, os juros dos financiamentos de custeio.

Há outros custos que não dependem (ou de forma insignificante) da área destinada ao subsistema, como a depreciação da maior parte das instalações, tratores, máquinas, implementos dos motores e das bombas de irrigação, o pagamento de impostos sobre a propriedade e outras taxas fixas. Há também os salários de alguns funcionários (os que trabalham em vários subsistemas). Representa-se da forma abaixo:

$$RA = PB1 - Cp1 - Cnp1$$

Em que:

RA1 é a renda agrícola do subsistema 1

PB1 é o produto bruto do subsistema 1

CP1 são os custos proporcionais do subsistema 1

CNp1 são os custos não-proporcionais do subsistema 1

Calculando a renda por UTF, tem-se a equação linear do tipo

$$Y = ax - b \quad \rightarrow$$

Em que:

Y é R/UTF

x é a área destinada ao subsistema por unidade de trabalho familiar (SA/UTF)

a é a diferença entre PB/SA - Cp/SA

b são os custos não-proporcionais por unidade de trabalho familiar (Cnp/UTF)

EQUAÇÃO DE CADA SUBSISTEMA DE ATIVIDADES

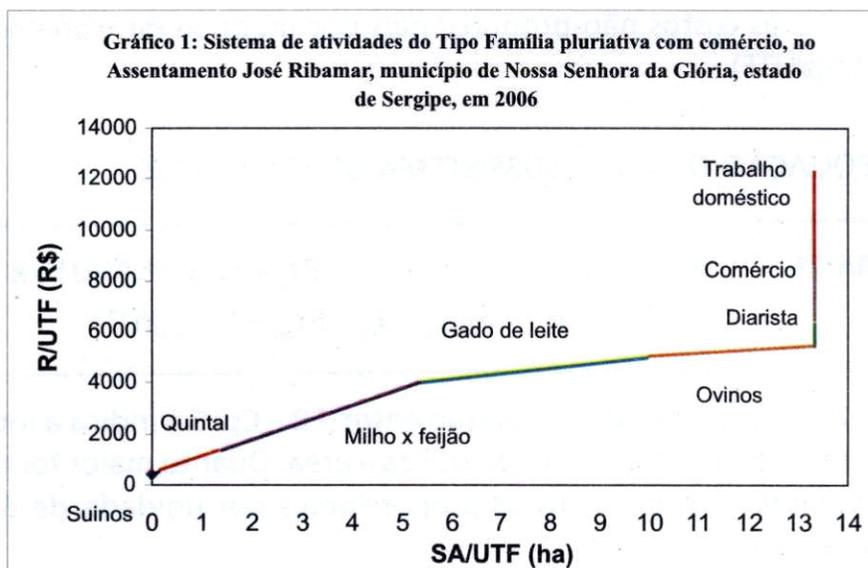
$$\mathbf{R/UTF = [(PB - Cl_p - D_p - Sal_p - Imp_p - J_p - Rt_p + Sub_p)/SA]/UTF \times SA/UTF}$$
$$[- Cl_{np} - D_{np} - Sal_{np} - Imp_{np} - J_{np} - Rt_{np} + Sub_{np}]/UTF$$

A inclinação da curva, a relação entre (PB – Cp)/SA indica a intensidade que o sistema de cultivo e de criação utiliza a área. Quanto maior for o produto bruto e menores forem os custos proporcionais por unidade de área, mais vertical será a curva.

Para ultrapassar os limites técnicos (da área do estabelecimento, da mão-de-obra, dos recursos financeiros ou dos equipamentos disponíveis), a família terá que modificar o seu sistema de cultivo, contratando mão-de-obra assalariada, adquirindo novos equipamentos ou mudando o seu itinerário técnico. Essas mudanças implicam custos diferentes, depreciações diferentes ou produtos brutos diferentes. A curva que representa o sistema também será diferente. Quanto mais intensivo for o sistema no uso da área, menos horizontal será a curva.

No gráfico 1, apresenta-se a curva de produção de um sistema de atividades. Trata-se de uma curva-síntese de todo o sistema, em que não se observam as curvas de produção das UTFs, dos membros da família; portanto, no gráfico seguinte, não é possível fazer qualquer análise com a abordagem de gênero e geração, pois neste se apresenta uma curva de produção agregada de toda a família. Trata-se da abordagem tradicional do Método Análise-Diagnóstico de Sistemas Agrários, desenvolvido no Instituto Nacional Agrônomo Paris-Grignon (INAP-G), e constante nos manuais. Nesse caso, não é possível perceber a contribuição feminina na renda familiar em relação à área, representada graficamente. Relaciona-se a R/UTF, Renda por Unidade de Trabalho Familiar (ordenada) com a SA/UTF, Superfície por Unidade de Trabalho Familiar.

Observa-se que a curva de produção desse Tipo começa no 1º quadrante do gráfico, uma vez que o “b” da equação linear (despesas não-proporcionais), nesse caso, é positivo, pois esse sistema recebe subsídio decorrente de rebate de financiamento no âmbito do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF). Quando o “b” da equação linear é negativo, a curva de produção começa no 2º quadrante.



Fonte: pesquisa de campo, 2006.

Nota: Elaboração do gráfico do sistema de atividades do Tipo Família pluriativa com comércio: Ponto 1 (0, 370) – despesas não-proporcionais; Ponto 2 (0,18; 497) suínos; Ponto 3 (1,38 1.333) - quintal; Ponto 4 (5,38; 4.039) – milho x feijão; Ponto 5 (9,99; 4.999) – gado de leite; Ponto 6 (13,32; 5.399) – ovinos; Ponto 7 (13,32; 6.399); Ponto 8 (13,32; 8.581); Ponto 9 (13,32; 12.274) – trabalho doméstico.

Qual é a contribuição da mulher na renda familiar total? Como estimar essa renda?

Essa renda é sistematizada nas tabelas 3 e 4. Como se obteve a renda por cada subsistema segundo o quadro 6, dividindo-se as UTFs parciais de cada membro da família, com base na tabela 1, Levantamento de Unidade de Trabalho Familiar (UTF) por subsistema do sistema de atividades, pela UTF total de cada subsistema, obtém-se o percentual dessas UTFs parciais. Esse valor percentual, ou em representação decimal, é multiplicado pelo valor da renda do subsistema. Com isso, obtém-se o valor que cada membro da família produz em cada subsistema.

Também se pode fazer uma regra de três simples com os valores das UTFs parciais e o rendimento do subsistema, conforme exemplos:

Subsistema Consórcio milho x feijão :

$$\begin{aligned} \text{ü } 2030 \text{ (rendimento total do subsistema)} &= 0,75 \text{ (UTF do subsistema)} \\ &\times &= 0,30 \text{ (UTF Homem)} \\ \text{x} &= 812 \text{ (renda do homem no subsistema)} \end{aligned}$$

$$\begin{aligned} \checkmark 2030 \text{ (rendimento total do subsistema} &= 0,75 \text{ (UTF do subsistema)} \\ &x \\ &= 0,15 \text{ (UTF Mulher)} \\ x = 406 \text{ (renda da mulher no subsistema)} \end{aligned}$$

Extrai-se, assim, a seguinte equação genérica para o cálculo de rendimento da mulher (ou dos demais membros ativos na família em cada UTF):

$$R_g = (R_{sub} \times UTF_{gsub})/UTF_{sub} + \dots + (R_n \times UTF_{gn})/UTF_n - DES_{Pnp}/UTF$$

$$R_g = \sum (R_n \times UTF_{gn})/UTF_n - DES_{Pnp}/UTF$$

Em que:

R_g = rendimento de gênero

R_{sub} = rendimento por subsistema

UTF_{gsub} = UTF gênero por subsistema

UTF_{sub} = UTF por subsistema

R_n = rendimento de n subsistemas

UTF_{gn} = UTF do gênero por n subsistemas

UTF_n = UTF de n subsistemas

\sum = somatório

DES_{Pnp}/UTF = despesas não-proporcionais por UTF

Com base na tabela 2, uma vez que se têm os percentuais de participação das UTFs parciais em cada subsistema, basta apenas multiplicar tais percentuais pelos valores das R/UTF e SA/UTF de cada subsistema, do quadro 6. Uma regra de três simples também pode ser feita. Têm-se as tabelas 4 e 5. Com essas tabelas, têm-se condições de construir o gráfico de gênero e gerações, adicionando essa análise tanto no método original da Análise-diagnóstico em sistemas agrários, quanto na metodologia proposta baseada na Análise-diagnóstico de sistemas de atividades, sob o enfoque de gênero e gerações. Observa-se, no gráfico 2, que se obtêm curvas de produção parciais, com base no tempo de trabalho efetivamente despendido por cada UTF.

Na tabela 3, o rendimento da mulher somado com o rendimento da filha, sem considerar o trabalho doméstico, é 39%. Considerando o trabalho doméstico, o rendimento da mulher somado com o rendimento da filha é 54%. Esses dados indicam o quê? a) a participação das mulheres no trabalho e na

geração de renda na agricultura familiar; b) a importância do trabalho doméstico, do qual não se obtém um rendimento de fato, mas que se integra e é fundamental às demais atividades agrícolas e não-agrícolas. Através do trabalho doméstico concentrado na mulher, liberam-se os demais membros da família (Unidades de Trabalho Familiar) para exercerem outras atividades.

2.7.5 O gráfico do sistema de atividades com as curvas de produção das Unidades de Trabalho Familiar

Como calcular a R/UTF desmembrada para a mulher, para o homem e para outros membros que trabalham?

Com base na tabela 2, uma vez que se têm os percentuais de participação das UTFs parciais em cada subsistema, basta apenas multiplicar tais percentuais pelos valores das R/UTF e SA/UTF de cada subsistema, do quadro 6. Uma regra de três simples também pode ser feita. Têm-se as tabelas 4 e 5. Com essas tabelas, temos condições de construir o gráfico de gênero e gerações, adicionando essa análise tanto no método original da Análise-diagnóstico em sistemas agrários, quanto na metodologia proposta baseada na Análise-diagnóstico de sistemas de atividades, sob o enfoque de gênero e gerações. Observa-se, no gráfico 2, que obteremos curvas de produção, com base no tempo de trabalho efetivamente despendido parciais por cada UTF.

No gráfico 3, tem-se um exemplo das curvas de produção das UTFs de uma *Família agrícola com aposentadoria chefiada por mulher*, entre as várias categorias sociais de famílias produtoras e tipos de sistemas de atividades identificados no curso-oficina, realizado nos Assentamentos Bela Vista e Nova Suíça, no município de Santo Amaro da Purificação, estado da Bahia, em 2006.

Tabela 2

Tempo de Trabalho (%) da UTFs parciais na UTF total por subsistema Tipo: Família pluriativa com comércio e diarista, Assentamento José Ribamar, município Nossa Senhora da Glória, estado de Sergipe

SUBSISTEMA	% UTF	% UTF	% UTF	% UTF	% UTF	% UTF
	Mulher	Homem	Filho 1	Filho 2	Filha	Total
1. Quintal c/horta, galinhas, frutas, palma	30	10	10	10	40	100
2. Bovinocultura de leite	4	23	35	38		100
3. Consórcio milho x feijão	20	40	20	20		100
4. Suínos	27	18	27	27		100
5. Ovinos	17	33	25	25		100
6. Diarista agrícola		50	50			100
7. Comércio	45				55	100
8. Trabalho doméstico	23				77	100

Fonte: pesquisa de campo, 2006

Tabela 3

Participação da Renda dos membros da família por subsistema de atividade e na renda total com e sem o trabalho doméstico. Tipo: Família pluriativa com comércio e diarista, Assentamento José Ribamar, município Nossa Senhora da Glória, estado de Sergipe, em 2006

SUBSISTEMA	Renda Mulher	Renda Homem	Renda Filho1	Renda Filho 2	Renda Filha	Renda por subsistema
1. Quintal c/horta, galinhas, frutas, palma	125 (30%)	42 (10%)	42 (10%)	42 (10%)	167 (40%)	418
2. Bovinocultura de leite	48 (4%)	288 (23%)	432 (35%)	480 (38%)		1.248
3. Consorcio milho/feijão	406 (20%)	812 (40%)	406 (20%)	406 (20%)		2.030
4. Suínos	19 (27%)	13 (18%)	19 (27%)	19 (27%)		70
5.Ovinos	40 (17%)	80 (33%)	60 (25%)	60 (25%)		240
6. Diarista agrícola		50 (50%)	50 (50%)			100
7. Comércio	545 (45%)				655 (55%)	1.200
8. Trabalho doméstico	554 (23%)				1.846 (77%)	2.400
Despesas não-proporcionais (DESPnp)	370 (20%)	370 (20%)	370 (20%)	370 (20%)	370 (20%)	1.850
Renda total sem o trabalho doméstico	1.553 22%	1.655 23%	1.379 19%	1.377 19%	1.192 17%	7.156 100%
Renda total com o trabalho doméstico	2.107 22%	1.655 17%	1.379 15%	1.377 14%	3.038 32%	9.556 100%

Fonte: pesquisa de campo, 2006

Tabela 4

Participação da R/UTF (renda por unidade de trabalho familiar) dos membros da família por subsistema de atividade. Tipo: Família pluriativa com comércio e diarista, Assentamento José Ribamar, município Nossa Senhora da Glória, estado de Sergipe, em 2006

SUBSISTEMA	R/UTF Mulher	R/UTF Homem	R/UTF Filho 1	R/UTF Filho 2	R/UTF Filha	R/UTF por subsistema
1. Quintal c/horta, galinhas, frutas, palma	251	84	84	84	334	836,00
2. Bovinocultura de leite	37	222	332	369		960,00
3. Consórcio milho x feijão	541	1.082	541	541		2.706,00
4. Suínos	35	23	35	35		127,00
5. Ovinos	67	133	100	100		400,00
6. Diarista agrícola		500	500			1.000,00
7. Comércio	991				1.190	2.181,00
8. Trabalho doméstico	852				2.840	3.692,00

Fonte: pesquisa de campo, 2006

Tabela 5

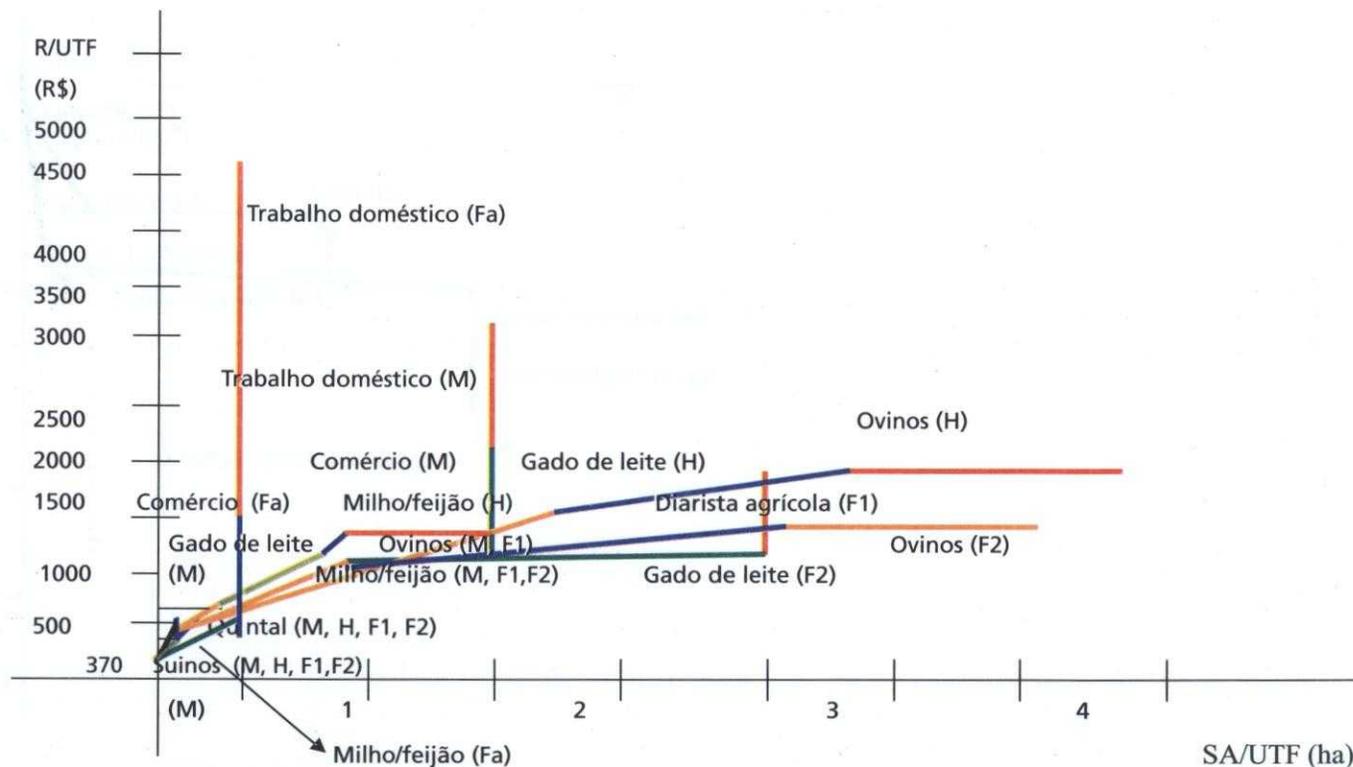
Participação da SA/UTF (área por unidade de trabalho familiar) dos membros da família por subsistema de atividade. Tipo: Família pluriativa com comércio, Assentamento José Ribamar, município Nossa Senhora da Glória, estado de Sergipe, em 2006

SUBSISTEMA	SA/UTF Mulher	SA/UTF Homem	SA/UTF Filho 1	SA/UTF Filho 2	SA/UTF Filha	SA/UTF por subsistema
1. Quintal c/horta, galinhas, frutas, palma	0,36	0,12	0,12	0,12	0,48	1,20
2. Bovinocultura de leite	0,18	1,06	1,60	1,77		4,61
3. Consórcio milho x feijão	0,80	1,60	0,80	0,80		4,00
4. Suínos	4,91	3,27	4,91	4,91		18,00
5. Ovinos	0,56	1,11	0,83	0,83		3,33
6. Diarista agrícola						
7. Comércio						
8. Trabalho doméstico						

Fonte: pesquisa de campo, 2006

Gráfico 2

Curvas de produção de cada Unidade de Trabalho Familiar (UTF) no sistema de atividades do Tipo Família agrícola com comércio e diarista, no Assentamento José Ribamar, município de Nossa Senhora de Lourdes, estado de Sergipe, em 2006

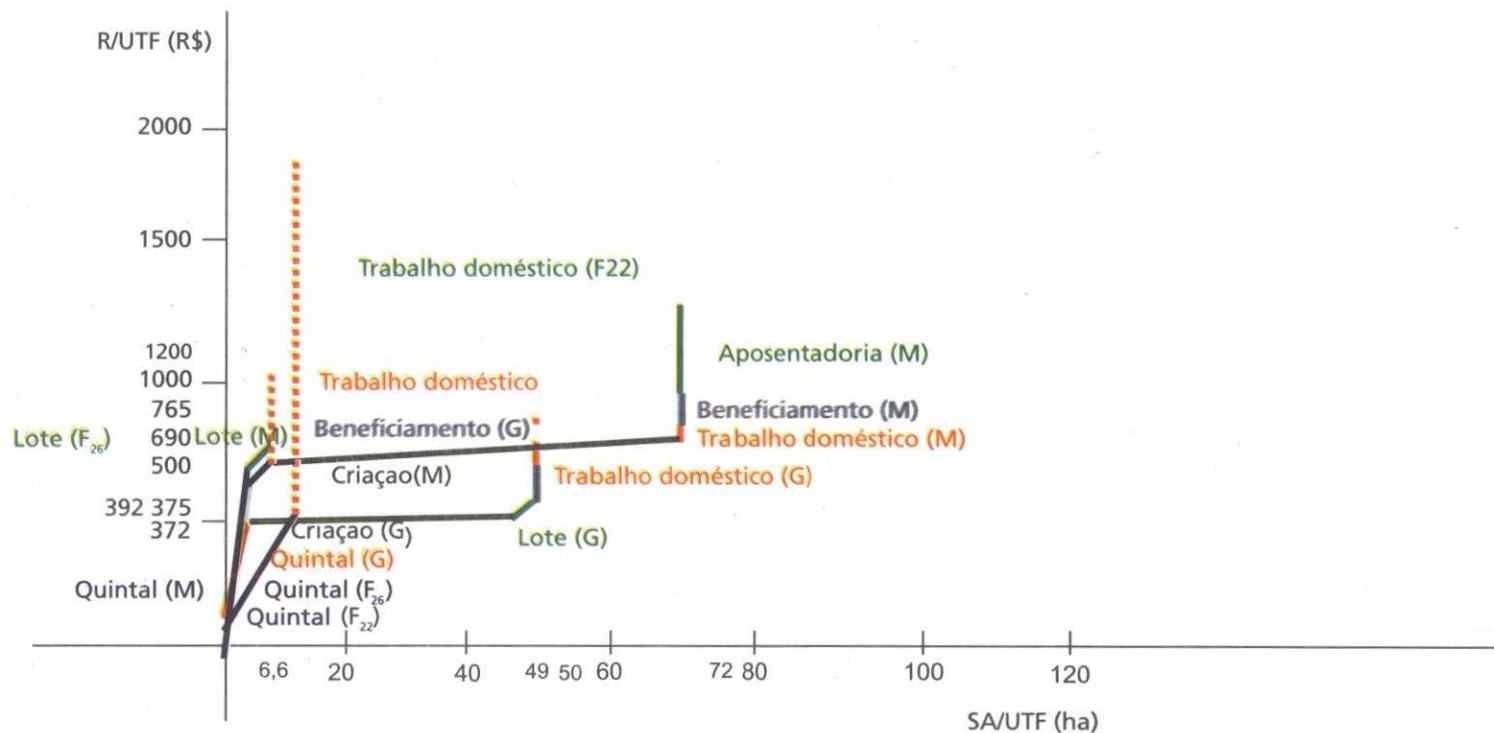


Fonte: pesquisa de campo, 2006. SA/UTF em hectare; R/UTF em R\$.

Nota: Elaboração do gráfico de cada UTF por gênero e gerações (Família pluriativa com comércio): Mulher - Ponto 1: (0; 370) – despesas não-proporcionais; Ponto 2: (0,05; 404) – suínos; Ponto 3: (0,41; 655) – quintal; Ponto 4: (0,80; 1.196) – gado de leite; Ponto 5: (1,53; 1.300) – ovinos; Ponto 6: (1,53; 2.291) – comércio; Ponto 7: (1,53; 3.143); Homem - Ponto 1: (0; 370) – despesas não-proporcionais; Ponto 2: (0,03; 393) – suínos; Ponto 3: (0,15; 476) – quintal; Ponto 4 (1,75; 1.559); Ponto 5 (2,81; 1780); Ponto 6 (3,92; 1.913); Filho 1 – Ponto 1: (0; 370) – despesas não-proporcionais; Ponto 2 (0,05; 404) – suínos; Ponto 3 (0,17; 488) – quintal; Ponto 4 (0,97; 1.029) – milho/feijão; Ponto 5 (2,57; 1.361) – gado de leite; Ponto 6 (3,4; 1.461); Ponto 7 (3,4; 1.961); Filho 2 – Ponto 1: (0; 370) – despesas não-proporcionais; Ponto 2 (0,05; 404) – suínos; Ponto 3 (0,17; 488) – quintal; Ponto 4 (0,97; 1.029) – milho/feijão; Ponto 5 (2,74; 1.398) – gado de leite; Ponto 6 (3,58; 1.498); Filha – Ponto 1 (0; 370) – despesas não-proporcionais; Ponto 2 (0,48; 704) – quintal; Ponto 3 (0,48; 1.894); Ponto 4 (0,48; 4.734).

Gráfico 3

Curvas de produção de cada Unidade de Trabalho Familiar (UTF) no sistema de atividades do Tipo Família agrícola com aposentadoria, no Assentamento Bela Vista, município de Santo Amaro da Purificação, estado da Bahia, em 2006.

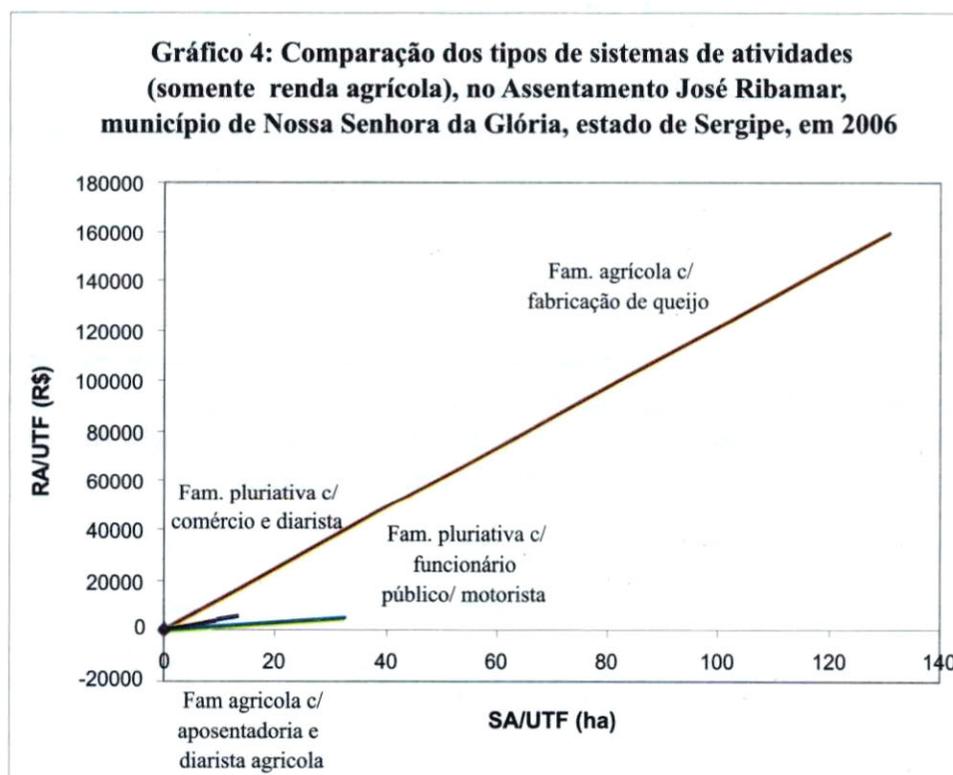


Fonte pesquisa de campo, 2006

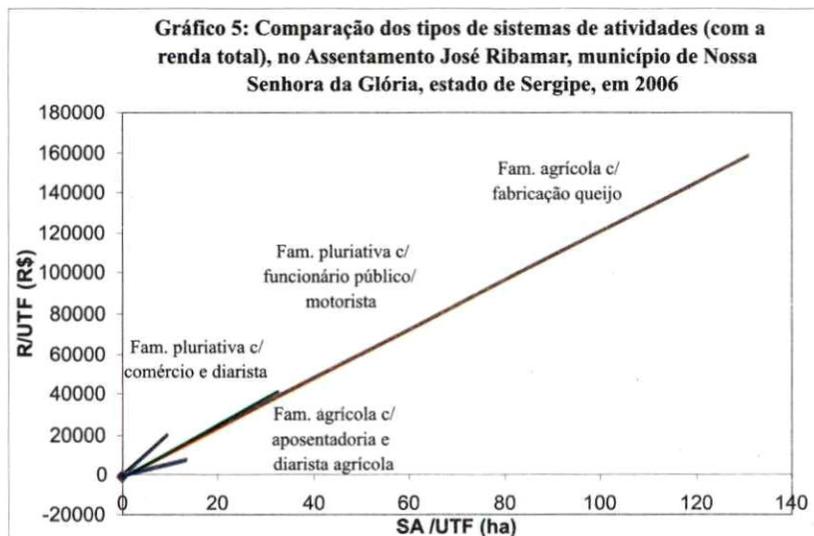
2.7.6 Comparação algébrica e gráfica dos sistemas de atividades

Pode-se elaborar gráficos que permitam comparar as curvas de produção dos sistemas de atividades, considerando as atividades (subsistemas) agrícolas somente ou as atividades totais. Isso permite avaliar a eficiência dos sistemas de atividades entre si, percebendo quais ocupam mais ou menos espaço e geram mais ou menos rendimentos para as famílias.

No gráfico 4, apresentam-se apenas as curvas de produção, considerando-se os rendimentos agrícolas. Quando se adicionam outros rendimentos não-agrícolas, como no gráfico 5, há um deslocamento de "baixo para cima", tendendo à verticalidade, de alguns sistemas de atividades, sobretudo daqueles cujas atividades não-agrícolas são importantes. Esses sistemas tornam-se mais intensivos em mão-de-obra familiar, elevando a produtividade do trabalho, e menos extensivos em terra, adequando-se a uma agricultura familiar mais eficiente do ponto de vista da intensidade no uso do trabalho familiar e de menos terra.



Fonte: pesquisa de campo, 2006.



Fonte: pesquisa de campo, 2006.

Várias comparações algébricas podem ser feitas. Na tabela 6, faz-se uma comparação percentual da participação do rendimento agrícola e rendimento não-agrícola no rendimento total dos sistemas de atividades pesquisados. Há um sistema que consegue acumular somente com rendimentos agrícolas (Família agrícola com beneficiamento de queijo). Há outro em que o sistema de atividades depende, em mais de 80% dos rendimentos agrícolas, devido a subsídios governamentais (Família pluriativa com comércio e diarista). Existem também sistemas de atividades em que o rendimento não-agrícola corresponde a mais de 2/3 do rendimento total da família, como nos casos da Família agrícola com aposentadoria e diarista agrícola (a aposentadoria é determinante do rendimento total) e Família pluriativa com funcionário público e motorista.

Tabela 6

Participação (%) do rendimento agrícola (RA) e rendimento não-agrícola (RNA) no rendimento total (RT) das categorias sociais de famílias, no Assentamento José Ribamar, município de Nossa Senhora da Glória, estado de Sergipe, em 2006.

Categorias sociais de famílias	RA	RNA	RT	%RA/RT	%RNA	
					/RT	RT
Família agrícola c/ beneficiamento de queijo	46.452	0	46.452	100,00	-	100,00
Família pluriativa c/ comércio e diarista	5.958	1.200	7.158	83,23	16,77	100,00
Família agrícola c/ aposentadoria e diarista agrícola	1.922	4.356	6.278	30,61	69,39	100,00
Família pluriativa c/ funcionário público e diarista	3.225	8.520	11.745	27,46	72,54	100,00

Fonte: pesquisa de campo, 2006.

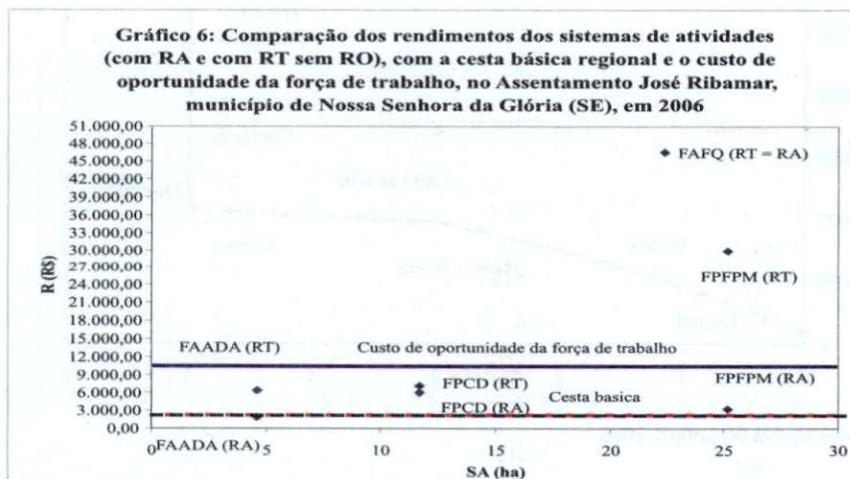
2.7.7 Patamar de reprodução e custo de oportunidade da força de trabalho

É possível construir o gráfico 6 a partir dos pontos formados pelo cruzamento dos valores de rendimento e da área dos tipos de sistemas de atividades. Utilizando os mesmos sistemas de atividades, considera-se somente o rendimento agrícola ou o rendimento total, incluindo os rendimentos não-agrícolas. Comparam-se os dados com a linha de pobreza extrema (ou indigência), calculada com base no valor da cesta básica regional em 2006, arbitrada em R\$200,00/mês ou R\$2.400,00/ano. Com os sistemas de atividades situados, no gráfico, abaixo da linha da cesta básica, as famílias são consideradas como vivendo em pobreza extrema.

Uma segunda linha é elaborada e consiste no custo de oportunidade da força de trabalho, estimada em R\$760,00/mês, ou R\$ 10.138,40/ano, correspondente a 2 salários mínimos atuais, que significa um nível que permite a família ampliar seu patrimônio e investir no sistema de atividades.

No gráfico 6, entre a linha (custo de oportunidade) e a linha da cesta básica, observa-se o nível de reprodução simples, que permite à família se manter na atividade, sem possibilidades de acumulação. A linha tracejada, sobreposta à linha da cesta básica, corresponde ao valor anual do trabalho doméstico na região de estudo, que é também de R\$2.400,00 por ano (o mesmo valor da cesta básica anual regional). Esse valor pode ficar acima ou abaixo, conforme o custo de oportunidade do emprego doméstico.

Acima da linha do custo de oportunidade da força de trabalho familiar, tem-se o nível de reprodução ampliada. Nesse nível, a família aumenta seu patrimônio.



Fonte: pesquisa de campo, 2006.

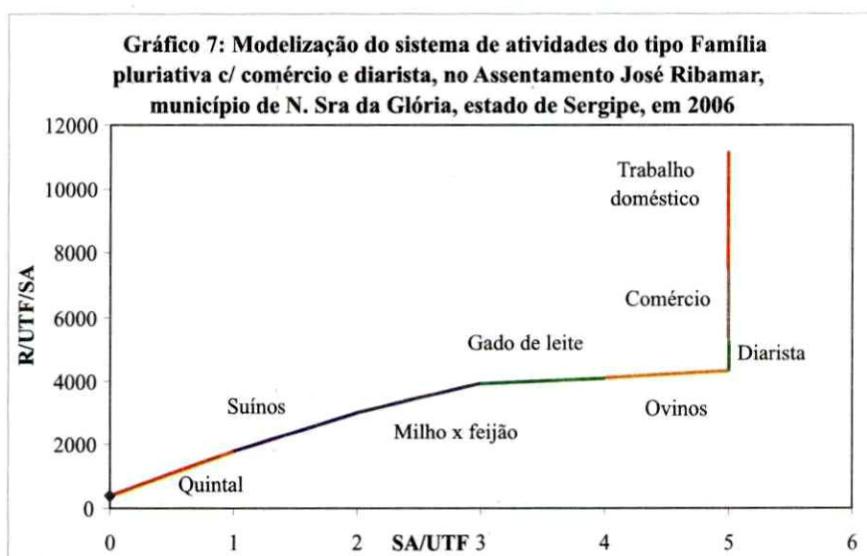
Nota: FAADA: Família agrícola com aposentadoria e diarista agrícola; FPCD: Família pluriativa com comércio e diarista; FPFPM: Família pluriativa com funcionário público e motorista; FAFAQ: Família agrícola com fabricação de queijo; RT: Rendimento total; RA: Rendimento agrícola; RO: rendimento oculto

2.7.8 Modelização dos sistemas de atividades

A modelização é a etapa do método que consiste em planejar os sistemas de atividades, a fim de mudar ou ampliar a eficiência desses sistemas, seja ampliando a área, ou reduzindo-a, alterando a base técnica dos subsistemas, ou propondo alterações na combinação desses subsistemas.

Várias modelizações podem ser realizadas como propostas de planejamento. O exemplo do gráfico 7 trata de uma situação ideal na qual há uma mudança na área dos subsistemas, sendo fixado um hectare para cada subsistema. Em relação ao gráfico 1, houve alterações na ordem dos subsistemas, assim como no nível de eficiência de alguns subsistemas, entretanto, sem grandes alterações no rendimento agrícola da família. Toda modelização tem que ser bem analisada, uma vez que as mudanças idealizadas, embora melhorando a eficiência de algumas atividades, podem manter ou até diminuir os rendimentos do sistema como um todo.

Na modelização, é sempre oportuno observar a lógica dos arranjos familiares, a fim de que as propostas não desestrem a família e, até mesmo, não possam ser assimiladas. Isto é mais um motivo para sempre elaborar um diagnóstico com a participação das mulheres, homens, jovens e idosos das comunidades, a fim de que as propostas tenham legitimidade.



Fonte: pesquisa de campo, 2006.

3. DIRETRIZES PARA O PLANEJAMENTO SEGUNDO O SISTEMA DE ATIVIDADES, GÊNERO E GERAÇÕES: COMUNIDADE/ASSENTAMENTO E/OU REGIÃO/TERRITÓRIO

3.1. IDENTIFICAÇÃO DE PROBLEMAS E POTENCIALIDADES

Após a discussão das questões identificadas, durante a análise dos resultados da pesquisa na comunidade/assentamento rural e região/território, é feita uma síntese dos fatores externos e internos da comunidade e dos sistemas de atividades, relacionando as limitações, potencialidades e oportunidades da área de estudo. Nesse momento, discute-se a idéia de desenvolvimento e planejamento participativo. Em seguida, definem-se e priorizam-se os problemas.

3.2 PRIORIZAÇÃO DE PROBLEMAS E DEFINIÇÃO DE OBJETIVOS

Após a identificação, sistematização e priorização de problemas, utiliza-se a técnica das árvores de problemas e de objetivos, elaborada em conjunto com os participantes.

A comunidade, a região e o território possuem inúmeros problemas, mas é preciso, para o planejamento, definir, em conjunto com os membros da própria coletividade, quais são aqueles prioritários, que devem ser resolvidos de forma seqüenciada, no curto, médio e longo prazo.

Figura 6
Levantamento/ Sistematização/ Priorização

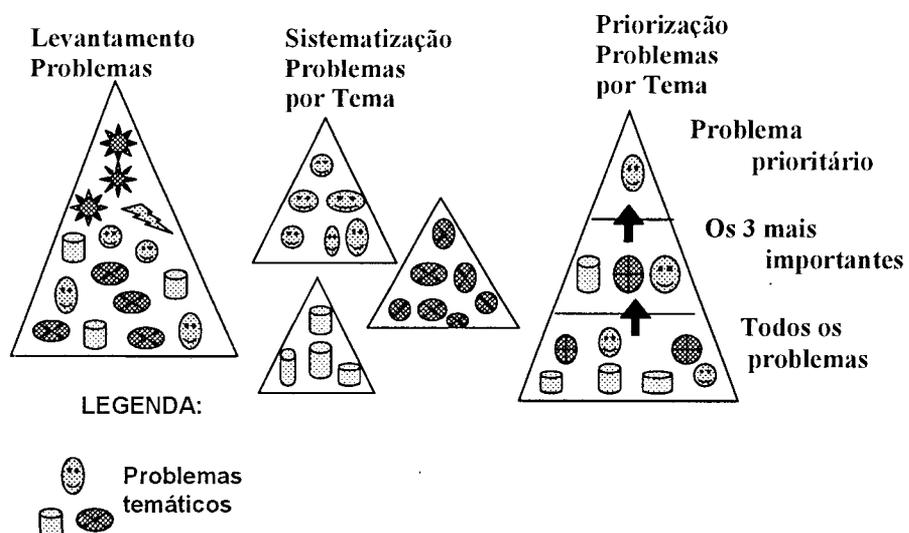
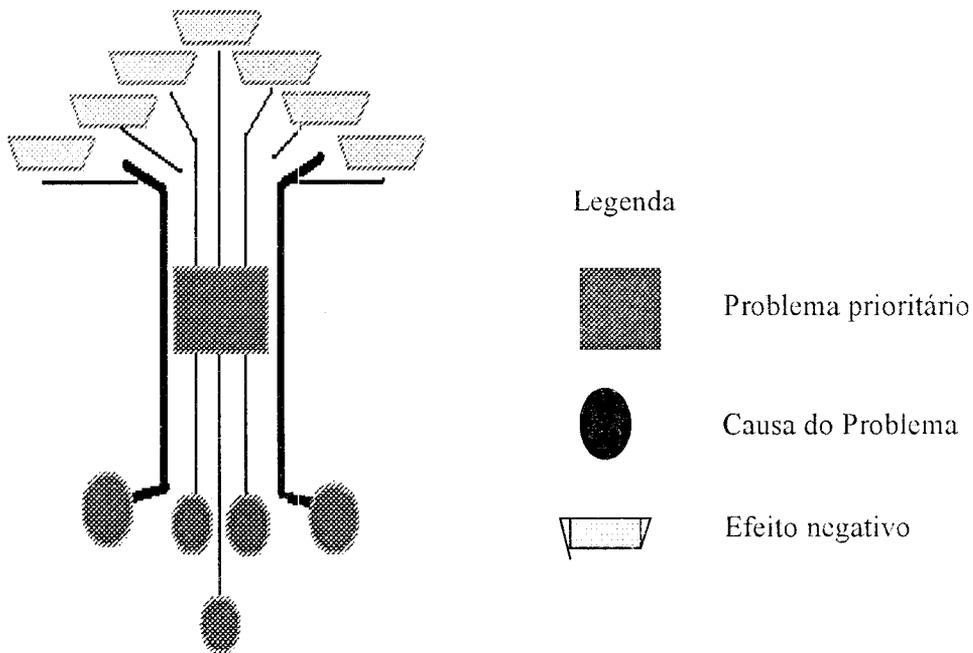


Figura 7

Árvore de problema

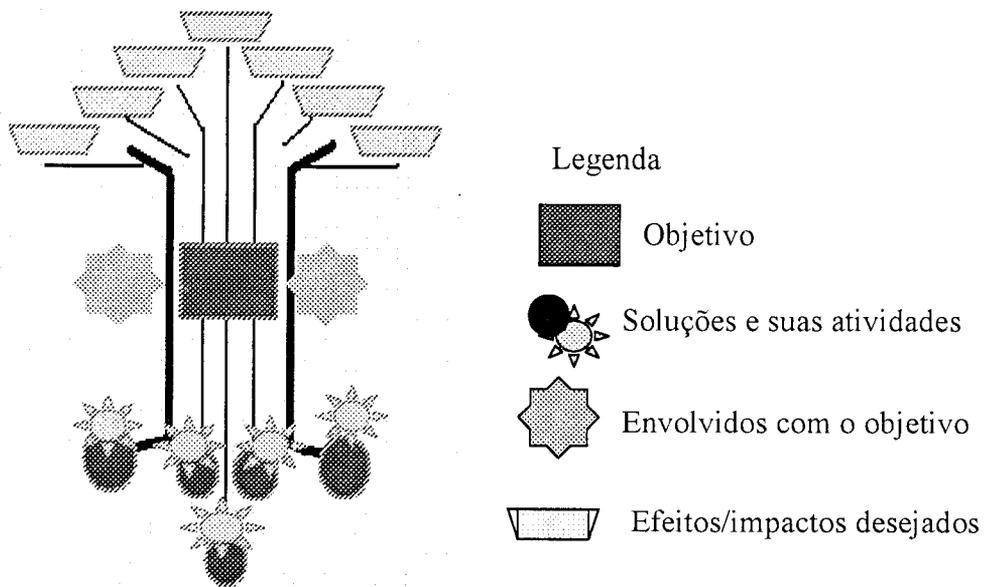


Passos na Elaboração da Árvore de Problema

1. Colocar o problema prioritário no tronco da árvore.
2. Quais as causas que alimentam este problema?
3. Colocar as causas identificadas passo a passo.
4. Agrupar as causas por blocos de afinidades.
5. Discutir relações entre as diferentes causas; dentro de cada bloco e entre os blocos.
6. Quais os efeitos negativos do problema?

Figura 8

Árvore de objetivos



1. Desenhar o tronco da árvore.
2. Transformar o problema numa situação futura desejada (objetivo).
3. Transformar as causas em soluções.
4. Verificar se existem outras soluções que são necessárias para alcançar o objetivo.
5. Identificar as atividades necessárias ao alcance das soluções.
6. Identificar possíveis envolvidos.

Sugestão:

- Ao lado esquerdo citar os envolvidos ao nível comunitário e municipal;
- Ao lado direito citar os envolvidos ao nível territorial e estadual.

7. Identificar os efeitos desejados pelo alcance do objetivo.

3.3 ELABORAÇÃO DE PROJETOS CONCEITUAIS INDICATIVOS: LOCAL E TERRITORIAL

O passo seguinte consiste na elaboração dos projetos conceituais indicativos sob enfoque de gênero e gerações, conforme o roteiro seguinte de elaboração de projetos.

Essa etapa, como toda a metodologia, é realizada por equipes heterogêneas formadas por agricultoras e agricultores familiares, pesquisadoras e pesquisadores, estudantes agricultores, estudantes de nível médio e de escolas técnicas, professores(as) universitários e outros profissionais.

Trata-se de um projeto conceitual, básico, que pode ser utilizado para implantar as ações dos(as) agricultores(as) e ser instrumento de negociação política junto aos órgãos públicos e, internacionais.

Roteiro de programas e projetos de intervenção social na perspectiva de gênero

- ✓ Área
- ✓ Título do projeto
- ✓ Objetivos (para que)
- ✓ Abrangência (delimitação do espaço e dos sujeitos foco da intervenção)
- ✓ Justificativa (por que)
- ✓ Metas (quantificar)
- ✓ Atividades (como)
- ✓ Recursos institucionais (meios/parcerias)
- ✓ Recursos físicos (meios/infraestrutura)
- ✓ Recursos humanos (meios/quem)
- ✓ Orçamento (quanto)
- ✓ Resultados esperados (produtos)
- ✓ Indicadores de avaliação

Orientações para elaboração do projeto sob enfoque de gênero e gerações

- ✓ Indique o tema e o problema
- ✓ Qual a concepção que você tem sobre o tema?

- ✓ Quais os referenciais teóricos, práticos e sua experiência sobre o tema?
- ✓ A quem se destina? Onde será executado?
- ✓ Existem políticas públicas contemplando os sujeitos deste projeto? Essas políticas atendem às necessidades práticas e estratégicas das mulheres?
- ✓ O que justifica esse projeto? Em que pode ajudar na promoção social das mulheres?
- ✓ O que se objetiva alcançar com esse projeto?
- ✓ Onde e como pretende caminhar (metodologia) e o aonde quer chegar? Quais os produtos?
- ✓ Com que recursos (físicos, humanos, financeiros) será executado?
- ✓ Qual a duração desse projeto?

Têm-se, em seguida, exemplos de projetos indicativos territoriais e específicos para o assentamento José Ribamar, pensados e elaborados em conjunto pelas equipes que participaram do curso-oficina no estado de Sergipe, município de Nossa Senhora da Glória, em dezembro de 2006.

3.4 EXEMPLOS DE PROJETOS CONCEITUAIS INDICATIVOS LOCAIS E TERRITORIAIS

Apresentam-se quatro projetos conceituais na perspectiva de gênero e gerações, sendo um territorial e três locais, propostos pelas equipes do curso-oficina.

1. PROJETO COMERCIALIZAÇÃO DA CADEIA LEITEIRA DO ALTO SERTÃO SERGIPANO (territorial)

Área: bacia leiteira do Alto do Sertão Sergipano

Objetivo geral: criar uma rede de negócios interestadual para fortalecer a cadeia produtiva leiteira do Território do Alto Sertão Sergipano.

Abrangência: municípios de Nossa Senhora da Glória, Monte Alegre, Poço Redondo, Canindé do São Francisco, Porto da Folha, Garapú e Nossa Senhora de Lourdes.

Justificativa:

Devido ao território possuir um grande potencial leiteiro, sendo a principal atividade econômica da região, gerando emprego e renda para os (as) agricultores(as) familiares.

Atividades:

- a) mobilizar através de sua organização produtores e famílias para garantir melhores preços para os produtos;
- b) transformar o leite em derivados diversos, de acordo com a demanda dos centros consumidores;
- c) aumentar a participação das mulheres e jovens na atividade leiteira.

Metas:

1. Garantir preço do produto.
2. Melhorar a qualidade do produto.
3. Agregar valor ao produto.
4. Vender leite e seus derivados no nordeste.

Recursos Institucionais: CONAB, INCRA, BNDES, BB, BNB, SEAGRE, PRONAF/MDA e Prefeituras

Recursos Físicos:

1. Construção de um Centro de Abastecimento.
2. Transportes para pessoal e refrigerados, tanques de resfriamento, materiais e equipamentos de escritório.

Recursos Humanos: técnicos, gestores, serviços gerais, auxiliares e motoristas.

Orçamento: R\$ 2,6 milhões.

Resultados Esperados:

1. Com a implementação da rede de comercialização, espera-se atingir de 15 a 91% do produto no mercado.
2. Aumento da produção de 30 para 100%.
3. Melhor aparência do produto final.

Indicador de Avaliação:

1. Aumentar a produção de leite de 200 mil para 300 mil l/d.
2. Atender a 1.125 agricultores (a) familiares.
3. Aumentar o preço do leite de R\$ 0,40 para R\$ 0,60.
4. Aumentar a produção do queijo pré-cozido de 30 mil kg/dia para 75 kg/dia.
5. Aumentar a produção de requeijão de 20 mil kg/dia para 55 mil kg/dia.
6. Aumentar a renda dos agricultores familiares de 01 salário mínimo para 03.
7. Aumentar a participação das mulheres e jovens na atividade leiteira de 20% para 61%.

2. PROJETO INTEGRADO E SISTÊMICO DE FABRICAÇÃO DOS DERIVADOS DO LEITE. (PRODUTOS DO SERTÃO) – AGROINDÚSTRIA DE LATICÍNIOS (local)

Área: Projeto de Assentamento José Ribamar

Objetivo geral: aumentar a renda das famílias assentadas, no aproveitamento e comercialização dos derivados do leite.

Objetivos específicos:

1. Agregar valores.
2. Diversificar os produtos.
3. Garantir a sustentabilidade.

Abrangência:

Beneficiários: Assentamento e áreas circunvizinhas.

Justificativa:

1. Aptidão para atividades e existência de relevante Bacia Leiteira.

Metas:

1. Elevar de 600 l/dia para 6000 l/dia.
2. Aumentar a produção de queijos de 62 kg/dia para 620 kg /dia.
3. Instalação de uma agroindústria de laticínios.
4. Qualificação de mão de obra.
5. Aumentar a renda em 50% das famílias assentadas.

Atividades:

1. Capacitação da gestão da cadeia produtiva.
2. Melhoria genética do rebanho (Inseminação Artificial).
3. Introdução e melhoria das pastagens.
4. Contratação da Equipe técnica e multidisciplinar.

Recursos Institucionais: CECAC, INCRA, BNB, BB, SEBRAE, ONGS, PRONAF, INFRA-ESTRUTURA, DEAGRO, MST e Território.

Recursos Físicos: Construção e aquisição de equipamentos.

Recursos Humanos: Homens, mulheres e joens do P.A.

Orçamento:

Construção _____	R\$ 60.000,00.
Mão de Obra _____	R\$ 55.776,00.
Equipamentos _____	R\$ 17.700,00
Insumos _____	R\$ 80.328,00
<hr/>	
Total:	R\$ 213.804,00

Resultados Esperados:

1. Aumento de renda.
2. Aumento da produção.
3. Diversificação dos produtos.

Indicador de Avaliação: Após um 01(um) ano de atividade, avaliar a renda e a produção.

3. PROJETO INTEGRADO DE TURISMO AGROECOLÓGICO (local)

Projeto: Turismo Ecológico.

Área: Projeto de Assentamento José Ribamar

Objetivo geral: Implantação de um Hotel Fazenda.

Objetivos específicos:

- a) Implantar estrutura física.
- b) Qualificar assentados
- c) Mapear trilhas.

Justificativa: necessidade de geração de emprego e renda.

Metas:

1. Construir 10 chalés.
2. Mapear 10 opções de trilhas.
3. Qualificar todos os assentados.
4. Centro de Convivência.

Atividades: qualificação e construção

Recursos Institucionais: UNITRABALHO, UFS, MTE, DEAGRO, MST, IBAMA, CODEVASF, DRT, SISTEMA "S" e Território

Recursos Físicos: Construção de Chalés e Centro de Convivência.

Recursos Humanos: Assentados, turismólogos, equipe técnica e disciplinar.

Orçamento:

Construção de Chalés (10) x R\$ 3.000,00 = R\$ 30.000,00
Charretes (03) x R\$ 1.000,00 = R\$ 3.000,00.
Equipamentos (10) x R\$ 3.300,00
Centro de Convivência (01) x R\$ 50.000,00 = R\$ 50.000,00
Total = R\$ 106.000,00

Resultados Esperados:

1. Elevação da renda.
2. promoção do desenvolvimento sustentável.
3. Diminuição do desmatamento.

Indicador de Avaliação:

1. Análise de renda.
2. Avaliação da satisfação.
3. Avaliação do impacto ambiental.

4. PROJETO DE DESENVOLVIMENTO AUTO-SUSTENTÁVEL (local)

Área: Projeto de Assentamento José Ribamar

Abrangência: Famílias assentadas com potencialidade artesanais com aproveitamento da palha e cabaça.

Beneficiários: Todas as famílias assentadas envolvendo as mulheres e os jovens

Objetivo geral: melhoramento da renda familiar.

Justificativa: por já existirem bordadeiras de rendas na comunidade e aproveitamento da palha do milho (produção local) e das cabaças (produção regional).

Metas:

1. Envolver na produção artesanal as mulheres e jovens das 32 famílias já existentes no assentamento (32 mulheres e 30 jovens).

Atividades:

1. Capacitação através de treinamentos.
2. Cursos de autogestão e economia solidária.
3. Comercialização dos produtos.

Recursos Institucionais: parceria com órgãos governamentais (INCRA, DRT, MST, DEAGRO E PREFEITURAS). Órgãos não-governamentais (ONGS, DEP-SE-FORUM SERGIPANO DE ECONOMIA SOLIDÁRIA, ACAT).

Recursos Físicos: Aplicações de máquinas, artesanais (tecidos, bastidores, agulhas etc.).

Recursos Humanos: técnicos e psicólogos (RH)

Orçamento: R\$ 45.000,00 (valor total do projeto)

Resultados Esperados: formação de um grupo de geração de vendas solidárias voltadas para o artesanato da palha do milho, cabaças e bordados de "rendedê" com potencial e qualidade para o mercado interno.

Indicador de Avaliação: Participação nas feiras e exposições de artesanato e amostras culturais de economia solidária no município/estado/país e mundo.

4 DEVOUÇÃO DOS RESULTADOS ÀS FAMÍLIAS

Sempre é ideal que o diagnóstico seja feito de forma participativa. As agricultoras e os agricultores participem não apenas do levantamento, mas da elaboração das hipóteses, da análise dos resultados e das propostas.

O diagnóstico participativo deve permitir que as famílias identifiquem projetos que atendam aos seus anseios, interesses e potencialidades. Dessa forma, poderá subsidiar os projetos de desenvolvimento, eventualmente propostos para o assentamento, os quais devem expressar a visão de futuro das(os) assentadas(os).

Na fase final do diagnóstico, deve-se retornar à escala regional e aos aspectos mais abrangentes do desenvolvimento da região, relacionados aos principais problemas enfrentados pela comunidade. O diagnóstico deve fornecer subsídios para a elaboração de propostas que solucionem os problemas identificados, fortaleçam e valorizem a participação das mulheres nas atividades produtivas, incrementando suas rendas. Esses problemas tanto podem estar vinculados aos sistemas de atividades, quanto às questões territoriais, não se restringindo à produção agrícola, nem à maximização no uso dos fatores de produção. As propostas, portanto, devem contemplar em diferentes escalas, os segmentos sociais, as famílias, o assentamento, município e território, abrangendo as diversas dimensões da vida das(os) assentadas(os).

A família somente implementa um determinado sistema de atividades se corresponderem ao seu interesse ou às suas estratégias. Podem-se simular modificações nos subsistemas agrícolas (cultivo, criação e beneficiamento ou transformação) e não-agrícolas e, por meio das técnicas de "modelização", medir os impactos dessas mudanças nos sistemas de atividades e na renda das famílias.

Os projetos conceituais indicativos, tanto locais, quanto territoriais, concebidos durante os cursos-oficinas orientam e dão legitimidade à elaboração dos projetos técnicos de desenvolvimento sustentável.

REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, R. **Paradigmas do Capitalismo Agrário em Questão**. São Paulo/Campinas: Editora Hucitec/UNICAMP, 1998.

BALANDIER Georges. **Antropo-lógicas**. São Paulo: Cutrix/Ed. da Universidade de São Paulo, 1976.

BARTRA, Eli.. Reflexões metodológicas. In: BARTRA, Eli (Compiladora). **Debates en torno a una metodología feminista**. México: Universidad Autónoma Metropolitana. Colección Ensayos, 1998. p. 63-102.

BOURDIEU, Pierre. **A dominação masculina**. Tradução: Maria Helena Kühner. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 3ªed., 2003.

BRANCO, Adélia de M. **Mulheres da Seca: luta e visibilidade numa situação de desastre**. João Pessoa: Universitária, 2000.

BRUMER, Anita. Gênero e agricultura: a situação da mulher na agricultura do Rio Grande do Sul. In: **Revista Estudos Feministas** - v.12, n.1. Florianópolis: UFSC, 2004. p. 205-228.

BUARQUE, Cristina; DORDELLY, Luisa Elena G.; GARCIA, Vileni.. Comportamento de Gênero nos Assentamentos da reforma Agrária – os casos de Guarani – Bom Lugar/CE e Campo Bonito/PR. **Projeto Gênero e Reforma Agrária. Integração da Perspectiva de Gênero no Setor da Reforma Agrária**. Brasília: MDA/INCRA/FAO, 2002.

CARNEIRO, Maria José; MALUF, Renato S. **Multifuncionalidade da agricultura familiar**. Disponível em: CEAM-2001-40[1].pdf. Acesso em: 19/10/2006.

CAPORAL, Francisco Rúa; COSTABEBER, José A. **Agroecologia: alguns conceitos e princípios**. Brasília: MDA/SAF/DATER-IICA, 2004.

CHAYANOV, Alexander V. Alexander. **La organización de la unidad económica campesina**. Traducción de Rosa María Russovich. Buenos Aires-Argentina: Nueva Visión, 1974.

DÍAS, M. S. **De que hablamos cuando hablamos de empoderamiento?** – Una análisis del trabajo realizado con mujeres del Movimiento Sin Tierra. Comunicación, s/d., 1993.

DUFUMIER, Marc. **Les projets de développement agricole – Manuel d'expertise**. Paris-Wageningen. CTA-Karthala, 1997.

DUFUMIER, Marc; COUTO, Vitor de A. Neoprodutivismo. In: Faces do Novo Rural. Salvador: **Caderno CRH**, n. 28, jan/jun. 1998.

FALQUET, J. Três questões aos movimentos sociais progressistas: contribuições da teoria feminista à análise dos movimentos sociais. **Ministério do desenvolvimento Agrário – MDA. Portal NEAD**. Artigo do mês. nº 289. 23 jun-03 jul 2005. Disponível em: <http://www.nead.org.br/index.php>. Acesso em: 14/10/2006

FICHER, Isaura R; MELO, Lígia A. de M. **O trabalho feminino: efeitos da modernização agrícola**. Recife: Fundaj. Massangana, 1996.

GARCIA, A. R. Jr. **Terra de trabalho**. Trabalho familiar de pequenos produtores. Rio de Janeiro: Paz e terra, 1983.

GARCIA FILHO, Danilo Prado. **Guia metodológico – Diagnóstico de sistemas agrários**. Projeto de cooperação técnica INCRA/FAO, s.d.

HARDING, Sandra. Existe un método feminista? In: BARTRA, Eli (Compiladora). **Debates en torno a una metodología feminista**. México: Universidad Autónoma Metropolitana. Colección Ensayos, 1998. p. 63-102.

KAUTSKY, K. **A questão agrária**. Tradução de C. Iperioig. Apresentação de Moniz Bandeira. São Paulo: Proposta Editorial Ltda, 1974.

LAMARCHE, Hugues. **A agricultura familiar: comparação internacional**. Hugues Lamarche (coord.); tradução: Ângela Maria Naoko Tijiwa. Campinas, São Paulo: UNICAMP, 1997.

LAMARCHE, Hugues. Do mito à realidade. In: LAMARCHE, Hughes (Coord.). **A agricultura familiar: comparação internacional**. Vol II. tradução: Frédéric Bazin. Campinas, São Paulo: UNICAMP, 1998.

MANNHEIM, Karl. O problema das gerações. In: **Sociologia do conhecimento**. Porto – Portugal: Res. Editora, 1ª ed., 1928, p-115-176.

MAZOYER, Marcel; ROUDART, Laurence. **Histoire des agriculteurs du monde – du néolithique à la crise contemporaine**. Editions du Seuil, 2002.

MÍES, Maria. Investigación sobre las mujeres o investigación feminista? El debate en torno a la ciencia y la metodología feministas. In: BARTRA, Eli (Compiladora). **Debates en torno a una metodología feminista**. México: Universidad Autónoma Metropolitana. Colección Ensayos, 1998. p. 63-102.

MOTTA, Alda Britto da. **Espaço Doméstico e gerações: disputas veladas e renúncias ambíguas**. Aracaju: UFS, 2003 1 CD-ROOM.

MOTTA, Alda Britto da. A categoria geração na pesquisa científica. In: XXII Seminário Nacional de Pesquisa em Enfermagem, Porto Seguro/Bahia: 28 de abr. de 2003. s.p.

MOTTA, Alda Britto da. As dimensões de gênero e a classe social na análise do envelhecimento In: DEBERT, Guita (Org.). Dossiê Gênero e Gerações. **Cadernos Pagu**, Campinas: UNICAMP, n. 13, p. 191-221, 1999.

PACHECO, Maria Emília L. **Em defesa da agricultura familiar sustentável com igualdade de gênero**. Rio de Janeiro: FASE, 2004.

PAULILO, Maria Inêz. Trabalho familiar: uma categoria esquecida de análise. Gênero e agricultura: a situação da mulher na agricultura do Rio Grande do Sul. In: **Revista Estudos Feministas**, v.7, n.1-2. Florianópolis: UFSC, 2004. p. 229-252.

RUA, M. das G.; ABRAMOVAY, M. **Companheiras de Luta ou “Coordenadoras de painelas”?** As relações de gênero nos assentamentos rurais. Brasília: UNESCO, 2000.

SANTOS, J. V. Tavares. **Colonos do Vinho:** estudo sobre a subordinação do camponês ao capital. São Paulo: Hucitec, 1978.

SARDENBERG, Cecília M. B. Da Crítica feminista à uma ciência feminista? In: COSTA, Ana Alice A; SARDENBERG, Cecília M. B. (Org.). **Feminismo, Ciência e Tecnologia**. Salvador: REDOR/NEIM/FFCH/UFBA, 2002, p. 89-120

SCOTT, Joan. **Gênero:** uma categoria útil para uma análise histórica. Tradução: Christine R. Dabat; Maria Betânia Ávila. Texto original: J. Scott. *Gender: An Useful Category of Historical Analyses. Gender and the politics of History*. New York. Columbia University Press. 1989. Recife: SOS Corpo. Gênero e Cidadania, 1995.

SCHEFLER, Maria de Lourdes N. **Mulheres guardiãs da terra e da vida:** um estudo de caso sobre o papel multifuncional da mulher na organização familiar. 2002. 270 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Departamento de Geografia. Instituto de Geociências – Universidade Federal da Bahia, Salvador.

SUPERINTENDÊNCIA DE ESTUDOS ECONÔMICOS E SOCIAIS DA BAHIA. **Novos mundos rurais baianos**. (Série Estudos e Pesquisas). Salvador: SEI, 1999.

SILVA, J. Graziano da. **A nova dinâmica da agricultura brasileira**. Campinas, São Paulo: UNICAMP. IE, 1996.

WANDERLEY, M. de N. B. O camponês: um trabalhador para o capital. In: EMBRAPA. **Cadernos de Difusão de Tecnologia**. Brasília: EMBRAPA, v. 1, n. 1, 1984.

WOORTMANN, E. F.; WOORTMANN, K. **O trabalho da terra**. A lógica e a simbólica da lavoura camponesa. Brasília: UnB, 1997.

WOORTMMAN, Klass. “Com parente não se neguceia”. **Anuário Antropológico 87**. Brasília, 1990.

WOORTMMAN, Klass. **A família das mulheres**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro Ltda; CNPq, 1987.

VEIGA, José Eli da. **O Brasil também precisa de “ações afirmativas”**. Congresso Brasileiro de Agrobusiness. 12-13 de jun. de 2002. Disponível em: [http://www.econ.fea.usp.br/zeeli/Textos/ultimos_trabalhos/\[2002-07\]](http://www.econ.fea.usp.br/zeeli/Textos/ultimos_trabalhos/[2002-07]). Acesso em: 26/09/2003.

Realização:



Ministério do
Trabalho e Emprego



Coordenação:

NÚCLEO
DE ESTUDOS
INTERDISCIPLINARES
SOBRE A MULHER
FFCH/UFBA